

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL
Realizada em 17 de julho de 2026

Aos dezassete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Tiago Manuel Rodrigues Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Vanda Maria da Cruz Esteves.

VERIFICAÇÃO DE PRESENÇAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Joana Severino Vaz, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Vanda Maria da Cruz Esteves e Tiago Manuel Rodrigues Pereira.

Grupo de Cidadãos Eleitores Dores Meira – Setúbal de Volta – David da Fonseca Martins, José Manuel Albuquerque Portocarrero Canavarro, Helena Paula Mano de Almeida Coelho, Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha, Sofia de Jesus de Vidigal e Almada, Helena Guerreiro Murta, João Norberto Dias Conde e Vanda de Lurdes Nunes Rafael Pombo.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício, Sandra Sofia de Almeida Madeira, Bartolomeu Lança Pereira, Rui Fernando Martins Gabriel e Cláudia Sofia Santos Vicente.

Presidentes de Junta – Bruno Alexandre Marcos Frazão (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) e Tiago Miguel Dinis Cardoso (Presidente da União de Freguesias de Azeitão). e ().

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Maria do Carmo Pato Tiago e os Srs. Vereadores: Paulo Manuel Maia da Silva, Bruno Miguel de Almeida Russo, Fernando Miguel Catarino José, Joel Alexandre Neves Marques, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Ana José Manita Vaz de Carvalho, António Carlos Almeida Cachaço, Edgar Alberto Cardim de Jesus e Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada do PS apresentou justificação de falta, Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa, por motivo de doença, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 e na alínea j) do n.º 1, ambos do Artigo 29.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

q
f

Da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Dores Meira – Setúbal de Volta apresentaram pedidos de substituição, Jorge Miguel dos Santos Bico e Bruno Alexandre Ganhão Vigário, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 e 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CH apresentaram pedidos de substituição, Luís Filipe Aleluia Machado da Costa e Sílvia Maria Pereira Godinho, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 e 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Paulo Rodrigues Pires, Miguel Tiago Crispim Rosado, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, João Manuel Martins da Silva e Ana Rute Rodrigues de Sousa Vieira e Eusébio Manuel Candeias, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da IL, apresentaram pedidos de substituição, Susana Paula Rosa Bicho e Flávio Miguel Matos Lança, conforme documentos registados sob os n.ºs 12 e 13, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do LIVRE, apresentou pedido de substituição, Maria de Fátima Calado Pereira, conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada Independente/Deputado Não Inscrito, apresentou pedido de substituição, Ilídio Fernandes Ferreira, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, o Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Luís Alberto Miranda Custódio, tendo sido substituído pelo Secretário Fábio João Ferreira Silva, e a Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída pelo Secretário Luís Manuel Camilo da Costa, conforme documentos registado sob os n.ºs 16 e 17, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista do SET-V 25, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do SET-V 25, Cécile Ety Germaine, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, Cláudio Filipe Ribeiro da Cruz, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, Rui Miguel Alberto Costa Branco, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Simão Monteiro Calixto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista da CDU, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista da CDU, Fernanda Maria do Ó Rodrigues, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da IL, Luís Alberto Ramos Cabrita da Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do LIVRE, André Filipe Mendes Dias, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, para substituir o Independente/Deputado Não Inscrito, Óscar Alexandre de Jesus dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Muito bem, está formalmente constituída a nossa Assembleia, antes de passarmos ao período do público queria apenas dar uma informação ao Plenário, que deu entrada nesta Assembleia Municipal uma petição pública intitulada, “Pela reposição da legalidade na Herdade da Comenda”, subscrita por 1680 cidadãos.

Essa mesma petição foi distribuída por e-mail a todos os deputados municipais e ao Executivo, a posição foi recebida, foi solicitado ao primeiro peticionário complemento de informação, para depois cumprir as regras estipuladas por Lei, e não havendo nada em contrário, seguirá a tramitação prevista na Lei do Exercício do Direito de Petição e do Regimento da Assembleia Municipal, portanto, caso se verifique os requisitos legais desta petição, depois será decidido em comissão permanente para que comissão é que vai e seguirá os trâmites normais.

Como é habitual a primeira fase é a do período da intervenção do público, para o qual temos 2 inscrições (conforme documentos registados sob os n.ºs 19 e 20, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Simão Calixto (CDU) – Peço desculpa por pedir a palavra já, mas é aqui uma questão que tem a ver com o funcionamento da Assembleia, nomeadamente com a substituição do senhor deputado Ilidio Ferreira, por um outro eleito do PS.

É do entendimento da bancada da CDU, que esta substituição não se devia operar, uma vez que o senhor deputado Ilidio Ferreira passou a não inscrito e é por hábito também na Assembleia da República, por exemplo, nessas situações que já aconteceram por diversas vezes, onde não se substitui os deputados que passam a não inscritos pelos membros da lista pela qual foram eleitos e, portanto, nós temos este entendimento e queríamos deixar esta questão à Mesa, antes do início dos trabalhos.

Presidente da Mesa – Essa questão já foi colocada pelo líder de bancada da CDU à Mesa, e foi também transmitida a informação que existe pareceres, nomeadamente da CCDR Norte, onde claramente afirmam, sem sombra para dúvidas, que o deputado que passa à condição de independente é substituído pelo elemento seguinte da Lista pela qual foi eleito, portanto, à Mesa não oferece quaisquer dúvidas.

Aquilo que são os hábitos da Assembleia da República, é com os senhores deputados da Assembleia da República, portanto, aqui na Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia, os pareceres que nós temos, que emanaram da CCDR Norte, neste caso, são claros e taxativos, mas esse assunto foi falado com o Líder de bancada, estranho haver dúvidas porque depois de esclarecidas, não tive qualquer mais feedback, achei que estava dado por bom, mas fica o registo e também fica em ata, e se for preciso também poderei distribuir o parecer da CCDR Norte dessa matéria.



José Luís Costa – Muito boa noite a todos, eu gostava de pedir à senhora Presidente do executivo, aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, a todos a nível do País, aos senhores Presidentes das Câmaras Municipais de todo o País, ao senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, ao senhor Primeiro-Ministro e ao senhor Presidente da República, em que naquela altura que eu fiz isto, era o Presidente Marcelo, lanço o repto para todos juntos acabarmos com este flagelo que tantos compatriotas mata. Começo a minha intervenção pedindo à senhora Presidente do Executivo, que arranje as árvores que pedimos, porque eu plantei uma que está viva e bastante grande, as outras que se partiram e que não foram colocadas, o senhor Presidente da Junta de Freguesia ainda não conseguiu encontrar tempo e achar que há outras coisas com mais prioridade para serem feitas.

No dia de hoje, enviei cinco emails para a Câmara Municipal de Setúbal, no dia 10 vieram mais uns quantos emails enviados por mim e pelo meu colaborador, à saída da Praça, ou do Rossio em Azeitão, denominada também de Praça da República, há alguns compatriotas que se dedicam a brincar, brincadeiras de mau gosto, com um sinal que está à saída da Praça da República e Rossio, esse sinal agora está voltado ao contrário e está quase destruído na totalidade.

Caso, o senhor Presidente da Junta de Freguesia tenha também a possibilidade de resolver isto, porque já há muitos meses, já há um ano e meio, ou dois anos, que eu passo ali e sou sincero, é “chato” e é aborrecido porque eu passo ali muitas vezes e vejo que o meu pedido ainda não foi feito.

Na Rua Mário Viegas em Brejos de Azeitão, também há uma rua... peço desculpa, não houve ainda possivelmente a possibilidade de senhor Presidente Tiago dar andamento ao assunto.

Na Aldeia Grande e no Hotel Clube de Azeitão há a existência de muita manta morta nos dois sentidos. Muito cuidado a subir a Aldeia Grande para a Quinta de Alcube, com viaturas a circular a baixa velocidade e viaturas a circularem a alta velocidade, e isto é muito perigoso, eu bem sei que isto é do foro das Infraestruturas, mas em democracia quando não se faz tem que se dar a quem faça.

Vou dar umas dicas, peço desculpa, isto pode parecer ridículo, mas eu acho importante, porque se todos nós percebêssemos um bocadinho daquilo que eu vou dizer, talvez morressem menos pessoas, e infelizmente, continuam a morrer nas nossas estradas e ruas, muitos compatriotas nossos.

Um buraco, uma tampa metálica abatida ou levantada pode matar, danifica pneus, rebenta pneus, destrói mangas de eixo, destrói molas das viaturas, destrói rolamentos das viaturas, em suma, danifica toda a estrutura das viaturas.

Um buraco, uma tampa metálica abatida ou levantada, como disse, pode matar.

Vários assuntos, alguns deles, já foram ao conhecimento da Assembleia Municipal, por exemplo, a Rua Mário Viegas, que há bocadinho falei, e na Rua de Lisboa, junto ao Novo Banco, em Brejos de Azeitão, a calçada está desmembrada, era bom que se desse andamento aquilo, eu sei que por vezes não há verbas suficientes, mas temos de fazer qualquer coisa para que seja possível resolver isto, estes problemas e assuntos que eu aqui apresentei.

O Presidente Tiago que não me leve a mal a forma como hoje dei andamento com as minhas limitações a isto, o senhor sabe que eu tenho muita consideração por si, tenho muito respeito por si, porque o senhor não manda fazer, faz.

Neste caso, tem de ter uma ajudinha.

Gostava que o Presidente repusesse algumas árvores no estacionamento do Posto Médico em Azeitão, e algumas precisam de ser regadas porque não há rega automática.

Igor Pereira – Hoje, as senhoras e senhores deputados têm a oportunidade de fazer aquilo que era da responsabilidade deste Executivo, o Movimento Setúbal de Volta, e que infelizmente optou por não fazer, que é estar ao lado dos setubalenses.

Eu poderei comparar esse Executivo aos “Malucos do Riso”, e desde já peço desculpas aos “Malucos do Riso”, pela comparação.

Mas não é pela pluralidade, mas sim pela sucessão de decisões contraditórias, pela desorganização e pela constante trapalhada em que vem marcando esse primeiro ano de mandato.

A 17

Temos um Vereador que demonstra legitimamente quase uma ambição de ser Presidente desta Câmara Municipal, mas também é esse mesmo Vereador que afirma publicamente que nós devemos esquecer o passado, que não interessa discutir se houve dívida, se houve incompetência ou má gestão.

Pois eu digo-lhe senhor Vereador, não podemos esquecer o passado, porque foi precisamente esse passado que nos trouxe ao presente, foi esse passado que conduziu a Câmara Municipal há difícil situação financeira que nos encontramos hoje, foi esse mesmo passado, que explica muitas das dificuldades que hoje recaem sobre os ombros dos setubalenses.

Temos igualmente uma Vice-Presidente que foge ao escrutínio público, evita entrevistas, e quando responde limita-se a declarações vagas e genéricas.

Também temos um Vereador que era responsável pelas áreas que hoje vamos discutir nessa Assembleia Municipal, mas que acabou por ser exonerado.

Claro! Fruto da incompetência no desempenho das suas funções.

Mas o problema nunca foi só uma pessoa, o problema é o Executivo no seu conjunto.

É um Executivo sem rumo, é um barco à deriva, e quando digo isso não estou a referir-me de forma alguma à situação pessoal ou de saúde da senhora Presidente, refiro-me à ausência de uma liderança política com visão e de capacidade para governar.

E todos nós sabemos como é que acaba um barco à deriva e sem rumo, acaba por naufragar.

Estamos perante um autêntico desgoverno.

Um Executivo que retira apoio às refeições escolares e dias depois recua por pressão popular.

Um Executivo que tem hoje uma Presidente que aprovou num mandato passado um estacionamento tarifado por 40 anos, mas que agora surgiu recentemente com a solução dos problemas reduzindo para um período de 15 anos.

Um Executivo que aumenta brutalmente as tarifas de resíduos e de saneamento, e que logo depois, mais uma vez por pressão popular, acaba por recuar, entre aspas é claro, e depois mexerem nas tarifas sociais.

Um Executivo que primeiro cria um problema e depois surge com a solução milagrosa.

Que prefere pintar fachadas e criar uma sensação de obras feitas, mas tudo aquilo que Setúbal precisa são investimentos estruturais, equipamentos públicos modernos, e respostas concretas aos seus cidadãos.

Por isso eu pergunto!

Qual foi o grande feito desse Executivo neste quase um ano de mandato?

Qual foi a grande obra?

Qual foi a grande transformação?

E a resposta é simples!

Nenhuma!

Pelo contrário, o que vimos foi uma sucessão de decisões que dificultam a vida dos setubalenses, e é precisamente por isso, que hoje esta Assembleia Municipal tem uma oportunidade histórica, através do relatório resultante da Petição Pública promovida pelo Movimento Resgatar Setúbal, subscrita por mais de 900 munícipes.

Os senhores deputados e senhoras, podem dar um sinal claro, de que esta Assembleia Municipal sabe ouvir quem representa.

Hoje, não está em causa o Movimento Resgatar Setúbal, não está em causa o Igor Pereira, mas está em causa cada família que vê aumentar a sua fatura, está em causa cada pensionista, está em causa cada trabalhador, cada jovem casal, cada comerciante.

Sim, senhor Vereador, o senhor pode rir!

Mas está em causa sim, cada cidadão que sente, que paga cada vez mais e recebe cada vez menos!

O senhor pode rir, senhor Vereador!

Mas é isso que está em causa aqui hoje!

É por isso que vos deixo um desafio, votem de acordo com a vossa consciência, não votem com a vossa disciplina partidária, não votem por interesses políticos, mas sim com o compromisso que assumiram perante aqueles que vos elegeram.

Escolham estar ao lado dos setubalenses, escolham a justiça, escolham a responsabilidade, porque é este relatório que pode representar muito mais do que uma simples votação, pode representar o início de uma recuperação de confiança entre os cidadãos e as instituições, pode representar um primeiro passo, para devolver alguma justiça social ao nosso concelho.

Setúbal merece mais!

Os setubalenses merecem mais!

Presidente da Mesa – Questões, intervenções sobre as intervenções do Público.

Senhora Vice-Presidente, não sei se quer fazer algum comentário, das intervenções que ouvimos?

Vice-Presidente da Câmara – Sobre a primeira intervenção, está muito bem encaminhada, e o senhor Presidente da Junta, com certeza, vai tomar conta da situação.

Relativamente à segunda intervenção, como eu tenho grande dificuldade em perceber aquela amálgama de “coisas” que foram ditas, eu agradecia que me fizesse chegar para nós podermos responder por escrito, se é que, alguma daquelas situações não foi já respondida, mas tive alguma dificuldade em perceber, se calhar foi o som...

Presidente da Mesa – Muito obrigado, então o senhor Igor se quiser fazer chegar por escrito aos serviços da Assembleia Municipal, sabe o email, portanto, depois faremos chegar a questão à senhora Vice-Presidente. Dou a palavra ao senhor Presidente da Junta de Azeitão, Tiago Cardoso.

Tiago Cardoso (Presidente da União das Freguesias de Azeitão) – Dizer ao senhor Luís que tenho conhecimento destas situações, algumas são da nossa competência, outras serão da parte da Câmara Municipal de Setúbal, como por exemplo os sinais, se os serviços assim o entenderem, enviam para a Junta de Freguesia, e nós teremos todo o gosto em aplicar o sinal.

Em relação às árvores a mesma questão, é sempre feita a parceria com a Câmara Municipal, sendo ela a “dona” do espaço, qualquer plantação de árvore tem de ser feita em planeamento com a Câmara Municipal. Em relação às calçadas, todos os dias estamos no terreno, mas a maior parte das reparações de calçadas pertence aos Serviços Municipalizados, tem a ver com as roturas constantes das redes de água e de saneamento, que normalmente vão “rebentando” por toda a região de Azeitão, que cada vez mais carece de uma grande intervenção de substituição das redes quer de água, quer de saneamento.

André Dias (LIVRE) – Antes de mais, já agora também, uma saudação de melhoras à Presidente Maria das Dores Meira, que volte rapidamente ao exercício também das suas funções.

Queria deixar só uma nota em relação à intervenção do cidadão Igor Pereira, também aqui em nome, creio eu, da Petição do Resgatar Setúbal, nós vamos ter um sentido de voto nessa petição mais daqui a pouco poderemos explicar um pouco melhor, mas o Igor falou no Programa “Malucos do Riso”, eu não conheço muito bem o Programa “Malucos do Riso”, mas sou algo especialista no Programa “Maré Alta”, que também era um programa de anedotas, onde havia uma rábula de um homem que estava perdido num barco e cada vez que sabia da situação das coisas só queria voltar para a ilha, o naufrago, é um bocadinho isto que se calhar está a acontecer nesta situação dos resíduos em Setúbal, cada vez que descobrimos mais uma coisa nova só queremos voltar para a ilha e fugir um bocadinho desta situação que vai de mal a pior.

Infelizmente, lamentamos da parte do LIVRE, que grande parte daquilo que são os pedidos da petição não tenham sido respondidos no relatório final da Comissão, relatório que ainda é manifestamente insuficiente em relação aos pedidos que foram feitos.

Na certeza, de que provavelmente não concordaremos em todos os pontos que são pedidos, mas ainda assim, mereciam uma melhor resposta por parte do relatório final.

Continuaremos a insistir nisso, e mais daqui a pouco poderão perceber como.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

a) Recomendações e Requerimentos

1. Recomendação “Campanha Municipal de Sensibilização para a Proteção dos Animais Durante Períodos de Calor Extremo” (CH) (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Cláudia Vicente (CH) – Esta recomendação já devia ter sido feita no mês anterior, quando começou o Verão e as altas temperaturas.

Considerando que durante os períodos de temperaturas elevadas, os animais de companhia fiquem particularmente vulneráveis a golpes de calor, desidratação e queimaduras nas almofadas das patinhas, provocadas pelo contacto com o pavimento excessivamente quentes.

Todos os anos continuam a verificar-se situações de animais deixados no interior das viaturas, expostos ao sol, colocando em risco a sua saúde e em muitos casos a sua própria vida.

Também são frequentes situações de animais fechados em varandas, espaços sem sombra, ou água, bem como o abandono de animais junto de contentores de resíduos, agravando o seu sofrimento durante as ondas de calor.

A sensibilização e a prevenção, constitui instrumentos fundamentais para reduzir estes comportamentos e promover o bem-estar animal.

O Município dispõe de canais de comunicação e de um Departamento de Marketing e Comunicação, com capacidade para desenvolver campanhas de informação dirigidas à população, que possa promover através do Departamento de Marketing e Comunicação uma campanha de sensibilização pública durante os períodos de calor extremo dedicada à proteção e bem-estar dos animais.

Divulgue através das redes sociais, site institucional, ecrãs digitais e restantes meios de comunicação municipais, mensagens de prevenção alertando para a proibição e o perigo de deixar animais no interior das viaturas ainda que, por pouco tempo, a necessidade de evitar passeios nas ondas de calor, privilegiando o início da manhã ou final da tarde, o risco de queimaduras provocadas pelos pavimentos sobreaquecidos, a importância de garantir água fresca, sombra e condições adequadas aos animais.

A necessidade de denunciar situações de maus-tratos, ou de animais em perigo, que promova a colaboração com associações de proteção animal, clínicas veterinárias e forças de segurança, na divulgação destas boas práticas.

A proteção dos animais é um dever coletivo e um sinal de responsabilidade cívica.

Uma campanha de sensibilização simples, abrangente e atempada poderá contribuir, para evitar sofrimento desnecessário e salvar vidas durante os períodos de temperaturas extremas.

Ana Rita Drouillet (CDU) – Sobre esta recomendação, apraz dizer que o Município, enquanto organismo público não tem nenhum Departamento de Marketing, o que existe nesta casa é um Departamento de Imagem e de Comunicação, e, portanto, onde trabalham profissionais de informação e da imagem e não especialistas de venda.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 12 do PS, 10 do SET-V 25, 7 do CH e 1 da IL, e 6 abstenções, 5 da CDU e 1 do LIVRE.



2. Recomendação “Pela adoção de um modelo de gestão mais equilibrado da quota nacional de linguado” (SET-V 25) (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Miguel Augusto (SET-V25) – Esta recomendação que é um bocadinho extensa, não a vou ler propriamente, mas vou fazer aqui um resumo.

Esta recomendação ao Governo visa a revisão do atual modelo de gestão da quota nacional de linguado, considerando que o sistema de quota global leva ao seu rápido esgotamento e ao encerramento antecipado da pesca, causando prejuízos significativos aos pescadores, armadores e restantes atividades ligadas ao setor.

A recomendação defende um modelo de gestão mais equilibrado e previsível, que mantenha a sustentabilidade dos recursos marinhos, que assegure uma distribuição mais justa das possibilidades de pesca entre as diferentes comunidades piscatórias.

Para isso, propõe que o Governo reveja o modelo de gestão da quota, substituindo a quota global por um sistema de distribuição mais equilibrado ao longo do ano.

Que estude a repartição de quota pelas organizações de produtores e pelos principais Portos de pesca, com base no histórico de capturas, dimensão da frota e importância socioeconómica.

Avalie a distribuição de quotas individuais ou coletivas às embarcações licenciadas.

Garanta a proteção da pequena pesca artesanal.

Promova o processo de diálogo com o setor e a comunidade científica, e crie uma Reserva Nacional de quota para responder a situações excecionais e necessidades de ajustamento.

A Assembleia considera que estas medidas permitiram conciliar a sustentabilidade dos recursos com a estabilidade económica do setor, protegendo os rendimentos dos pescadores e promovendo uma distribuição mais equitativa da quota nacional do linguado.

A recomendação será enviada ao Governo, às entidades competentes, aos Grupos Parlamentares e aos deputados eleitos por Setúbal, à Câmara Municipal de Setúbal e às Organizações Representativas do setor.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 12 do PS, 10 do SET-V 25, 7 do CH, 5 da CDU e 1 do LIVRE, e uma abstenção da IL.

3. Recomendação “Optimização/Gestão de Resíduos no Lar Paula Borba” (CH) (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rui Branco (CH) – O tema do momento em Setúbal tem sido centralmente os resíduos, existe, contudo, dentro desta mesma área outras preocupações que exigem um olhar atento de intervenção, focalizada por parte das autoridades locais.

Chegou ao conhecimento desta bancada por via de legítimas preocupações de moradores e comerciantes locais, que o Lar Paula Borba tem enfrentado visíveis dificuldades logísticas na gestão diária dos seus resíduos.

Essas dificuldades resultam na falta de contentores no interior da instituição, o que tem levado os seus funcionários a transportar sacos com fraldas e outros resíduos biológicos, no interior de uma carrinha desde a instituição pela via pública até aos contentores comuns instalados nas imediações onde efetuam a deposição.

O transporte e manuseamento destes resíduos sensíveis em plena via pública, ainda que acondicionados num carrinho, levanta questões legítimas de higiene e saúde pública, além de causar natural desconforto na comunidade e no comércio envolvente.

A solução mais digna, higiénica e segura, passa por confinar a deposição destes resíduos ao espaço privado da instituição e criar um circuito de recolha especializado e direto, evitando o recurso à sobrecarga dos contentores públicos de uso comum.

Torna-se por isso imperioso demonstrar que o empenho municipal na modernização e eficácia na recolha de resíduos não se esgota nas diretrizes gerais, mas sim na capacidade de intervir cirurgicamente, para resolver vulnerabilidades logísticas, específicas que afetam diretamente a salubridade das nossas ruas e o dia a dia da população.

Pelo que, apelamos a que se promova uma reunião de articulação entre os Serviços Municipalizados e a Direção do Lar Paula Borba, com o objetivo de estudar uma alternativa viável, para acabar em definitivo com o transporte destes resíduos na via pública.

Recomenda ainda que, defina em conjunto com a instituição, uma solução técnica que permita ao Lar Paula Borba albergar os seus próprios contentores no interior das suas instalações, salvaguardando a higiene e a segurança sanitária do espaço.

Que estude e viabilize através dos Serviços Municipalizados a possibilidade de estabelecer um circuito de recolha direta a partir do interior da instituição, garantindo que estes resíduos específicos e sensíveis sejam recolhidos na origem sem impactar a vida pública ou a qualidade de vida da comunidade envolvente.

José Manuel Canavarro (SET-V25) – Senhor Presidente, eu vou pedir a sua tolerância e a tolerância dos demais deputados pelo seguinte, eu vou-me abster de votar esta recomendação, porque eu sou Mesário da Santa Casa Misericórdia de Setúbal.

No entanto, se me permitem o esclarecimento, eu fiquei preocupado com esta recomendação, entendo que esta recomendação tem um bom propósito e procurei saber junto do senhor Provedor da Santa Casa, dos Vice-Provedores e da Direção do Lar, se efetivamente estas coisas aconteciam como aqui estão descritas.

Eu não quero, evidentemente retirar a verdade àquilo que foi transmitido ao Partido CHEGA, como é óbvio, mas aquilo que eu procurei saber foi se, enfim, se pelo menos os resíduos hospitalares são depositados onde devem ser, e isso foi-me transmitido que sim.

Os lares também produzem resíduos normais e pode ter acontecido essa situação que descrevem, numa ou noutra situação, não é possível garantir que assim não é, contudo, eu fui informar-me e gostaria de prestar esta informação aos demais deputados, e aquilo que me disseram foi que isto é devidamente cuidado, percebo a boa intenção, mas seria importante haver uma evidência clara de que estas coisas acontecem, sendo que o Lar em causa e a Santa Casa, nunca teve um procedimento inspetivo ou uma sanção por não cumprir esta prática que eu vos acabei de referir.

Cláudia Vicente (CH) – Acerca desta recomendação, eu própria já vi, estava no interior do edifício e já vi as empregadas, as técnicas a levarem o lixo e a saírem do edifício do Lar Paula Borba e irem pela rua e meterem o lixo num outro contentor numa outra rua.

Já foi também presenciado, por moradores ali presentes e mesmo por comerciantes, mas eu também já vi.

Presidente da Mesa – Viu uma pessoa a ir vazar o lixo, o que estava lá dentro, não se sabe, não é! Digo eu!

Elisabete Cavaleiro (PS) – Reconhecemos, de facto, a importância de garantir uma adequada gestão dos resíduos produzidos pelas respostas sociais para idosos, no entanto, não nos parece correto expor o nome de uma instituição centenária como é o caso da Santa Casa, uma vez que é um procedimento transversal a todas as Erpi's.

As fraldas descartáveis produzidas neste tipo de instituições desde que não resultem de atos clínicos, ou apresentem qualquer tipo de contaminação específica, são classificadas como resíduos urbanos indiferenciados, desta maneira, vamos votar contra a recomendação.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões, um Deputado Municipal do SET-V 25.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação reprovada por maioria e em minuta, com 27 votos contra, 12 do PS, 9 do SET-V 25, 5 da CDU e 1 do LIVRE, e 8 votos a favor, 7 do CH e 1 da IL.

4. **Recomendação “Pela Promoção da Confiança Institucional e Boa Governação nos Apoios à Economia Local (Deliberação n.º 34/2026/AM)” (CH)** (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Bartolomeu Pereira (CH) – Eu não vou ler o que está na recomendação, mas só dar aqui um pequeno intróito, para reforçar a importância do que aqui está compilado, dizendo que esperamos que todos os que estão envolvidos neste processo das tarifas possam de alguma forma incorporar a personagem do auditor exigente e da transparência, e vou ser bastante curto, finalizando de imediato com, quem serve o interesse público nada terá a esconder e, portanto, votar contra a transparência é um voto de confiança e um voto democrático.

Manuel Fernandes (PS) – Este assunto vai ser discutido na Ordem do Dia, naquele ponto onde se discute o “Apoio Extraordinário à Economia Local”, como tal, a intervenção que a bancada do Partido Socialista fizer, será essencialmente feita na Ordem do Dia.

Presidente da Mesa – Tudo bem, no entanto só quero alertar, que o que está aqui em causa não é o apoio à economia local, é a transparência, é um mecanismo de transparência de tudo...

A recomendação é um pouco confusa, porque realmente remete para a Proposta de Apoio à Economia Local, mas depois julgo que a parte deliberativa, é a implementação de boas práticas de gestão pública, um portal de dados abertos, portanto, não tem nada a ver com a proposta, mas tudo bem!

Luís Silva (IL) – É um pouco no seguimento daquilo que o senhor Presidente acabou de dizer, eu gostaria de fazer uma sugestão à bancada proponente, gostaríamos de sugerir ao Partido proponente, a alteração do texto da parte da recomendação, para que este portal fosse já pensado para incluir outros indicadores relevantes, como por exemplo, sobre a execução orçamental, indicadores de mobilidade, e ambientais, bem como outros que sejam relevantes na verificação da gestão dos recursos municipais nesta situação.

Assim, sugerimos para os dois pontos que fazem parte da recomendação efetivamente, que passasse a ser que:

- 1- A Assembleia Municipal de Setúbal recomenda à Câmara Municipal de Setúbal que promova a criação de um portal municipal de dados abertos, de implementação faseada, que sejam disponibilizados em formatos reutilizáveis e de acordo com a legislação aplicável os critérios de atribuição dos apoios municipais, os respetivos beneficiários e montantes atribuídos;
- 2- Devem informar outros conjuntos de dados de relevante interesse público, reforçando a transparência, a prestação de contas e o escrutínio da atividade municipal;

Pretende-se assim concretizar a recomendação e torná-la mais efetiva.

Presidente da Mesa – Obrigado senhor deputado, só que a proposta de alteração que está a fazer é uma recomendação totalmente nova e, portanto, já tivemos esta discussão aqui, uma coisa são pequenas alterações, outra coisa é a recomendação toda nova, e para o qual existem prazos para serem entregues e para serem distribuídos aos senhores deputados, é a minha interpretação, mas cabe ao proponente da proposta...

Luís Silva (IL) – Senhor Presidente, era precisamente esse o sentido, deixar ao proponente da proposta essa decisão.

Presidente da Mesa – Mas sempre que há uma reformulação profunda, como foi o caso, pode aparecer uma recomendação aqui de uma “coisa” e depois tendo este exemplo fazer-se outra totalmente diferente, e o regimento é claro em que as propostas têm de ser entregues 48 horas antes.

Senhor deputado, Bartolomeu Pereira, sobre a proposta da Iniciativa Liberal, oferece-lhe algum comentário?

Bartolomeu Pereira (CH) - Só para dizer que, vou secundar as palavras do senhor Presidente da Assembleia, dizendo que esta proposta foi elaborada no sentido do momento que estamos a atravessar sobre as tarifas de água, o que, não obstante, não impedirá no futuro se apresentar uma proposta, tal como falou o senhor deputado, da Iniciativa Liberal.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 12 do PS, 7 do CH e 1 da IL, e 16 abstenções, 10 do SET-V 25, 5 da CDU e 1 do LIVRE.

5. Recomendação “Por um melhor Sistema de Gestão de Resíduos” (SET-V 25) (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Helena Murta (SET-V25) – Esta recomendação do Movimento Setúbal de Volta, foca-se na necessidade de mitigar o impacto financeiro do tratamento de resíduos, sobre os Municípios e os cidadãos, e apresenta as seguintes propostas centrais:

Redução de tarifas e transparência, exigindo que a AMARSUL reduza as tarifas cobradas, garantindo que estas se baseiam em critérios de proporcionalidade, transparência e sustentabilidade financeira; A articulação institucional e jurídica promovendo a colaboração com outros Municípios para defender interesses comuns, não excluindo o recurso a vias administrativas e judiciais quanto ao atual modelo e custos;

A pressão junto ao Governo e à Administração Central reivindicando medidas urgentes tais como, por exemplo, a revisão das taxas de gestão de resíduos, ou a criação de apoios financeiros;

Continuar a implementar soluções que otimizem os custos de exploração e incentivem a redução da produção dos resíduos e aumentem a recolha seletiva e valorização.

Resumindo, este documento fundamenta-se do princípio de que a gestão dos resíduos é um serviço público essencial, e que a transição para uma economia circular, não deve transferir encargos desproporcionais para as Autarquias e municípios.

Simão Calixto (CDU) – Parece-nos que, temos pena, digamos assim, que os membros do Setúbal de Volta na Câmara Municipal, antes de se desenvolver todas essas diligências que aqui vêm propostas, tenham decidido avançar com um aumento de um tarifário profundamente injusto, ao arrepio de um conjunto de medidas que tinham vindo a ser tomadas no passado, mas as opções ficam para quem as toma, e admito que agora queiram tentar minimizar o problema, mas a verdade é que os municípios setubalenses já estão de facto a pagar muito.

E de facto nós, na Câmara, também já propusemos, inclusive, por mais que uma vez, neste mandato já o fizemos, e também que, a AMARSUL fosse de facto institucionalizada, que isso de facto também poderia reverter uma grande parte dos problemas, deixando de ter esta empresa focada apenas e só no lucro.

Mário Aranha (PS) – Nós, Partido Socialista, vamos obviamente acompanhar esta moção, mas aqui uma nota de grande surpresa, é que aquilo que vem na parte deliberativa já os Municípios tomaram em uma posição pública, a nível da Comunidade Intermunicipal, exigindo estas mudanças no Governo, e também achamos curioso que estas quatro propostas também constam no relatório e nas conclusões da Comissão, e que agora tenham inspirado tão fortemente para fazer este documento.

Acho aqui uma grande falta de originalidade, já agora, já que se inspiraram tanto podiam também ter posto o resto daquilo que são as recomendações que nós tínhamos pôs-to para os resíduos e para o saneamento a nível de Governo central.



André Dias (LIVRE) – Nós acompanhamos esta recomendação, só podemos é lamentar que grande parte das recomendações e deliberações, não tenham sido seguidas mais cedo, em princípio antes de terem chegado à fatura dos setubalenses.

E, portanto, grande parte da questão que nós temos aqui, é se esta recomendação vai seguir o seu caminho, como deve, caminho rápido, ou vai ter o mesmo caminho que o parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, que demorou um bocadinho até também ser ouvido, ou se vai demorar tanto, como demorou por exemplo a cessão da posição contratual da Amarsul entre o Município e os Serviços Municipalizados, que foi autorizado em 2023 e formalizada só em 2026.

Portanto, a seguir a esta recomendação, eu acho que se pedem duas coisas aqui, ação e responsabilização, a ação direta evidente, a redução de tarifas que seja o mais imediata possível, para não continuarmos a pagar na fatura, e depois esta responsabilização municipal, porque estamos de novo a pedir no ponto 3, ao Governo central que mitigue os custos das nossas ações.

Quer dizer, isto é um mecanismo que começa a ser usado em Setúbal, há anos, neste e diga-se em anteriores Executivos, seja na habitação, na saúde, ou noutras coisas, onde podemos fazer tanto e tão melhor, e muitas das vezes depois pedimos a seguir às nossas ações que o Governo central mitigue esses custos.

A recomendação é boa, agora é fazê-la, e o Livre está cá para trabalhar, procurar novas soluções, uma delas será discutida já a seguir.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 12 do PS, 10 do SET-V 25, 7 do CH e 1 do LIVRE, e uma abstenção da IL.

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. Moção “Acompanhamento Prévio do Tarifário de 2027 e Avaliação da Gestão de Resíduos e Recursos Hídricos” (LIVRE) (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

André Dias (LIVRE) – Nesta moção, nós propomos uma coisa muito simples, até porque, às vezes, são mesmo estas pequenas coisas que fazem as maiores diferenças, este trabalho constante, muitas vezes invisível e que todos nós sabemos muitas vezes tedioso para quem o faz, mas que tem de ser feito por alguém.

É por isso que nós apresentamos esta moção, para o acompanhamento prévio para o tarifário da gestão dos resíduos para 2027, nós estamos a chegar a agosto, portanto, estamos a 6 meses de uma revisão da taxa de gestão de resíduos, e eis o que nós já sabemos, nós sabemos que a taxa de gestão de resíduos em 2027 vai subir 5 euros por tonelada, a aumentar por ano até 2030, sabemos que a Lei impede a indexação das tarifas de resíduos não domésticos, como já foi aqui dito em reuniões de Câmara, etc., ao consumo da água, sabemos que também vamos ter de agir finalmente sobre isso, e sabemos que se não fizermos nada de estrutural para mudar isto tudo, para o ano vamos estar aqui a ter exatamente a mesma reunião.

Portanto, o que é que nós propomos aqui, propomos o acompanhamento já nas Comissões, seja na Comissão de Finanças, seja na Comissão de Ambiente, deste cálculo e da reformulação do tarifário para 2027, para que não volte a acontecer a mesma coisa e não sermos outra vez apanhados, não devíamos ter sido apanhados de surpresa, diga-se, mas que fomos apanhados, muitos de nós de surpresa por este aumento do tarifário, perceber a estrutura de custos, e a seguir começarmos já a planear sobretudo na Comissão de Ambiente, o que seja a execução do “PAPERSU”, do Plano de Ação do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, e outras coisas, como por exemplo, repensar todo o sistema de bio resíduos que nós temos em Setúbal, já falamos muito do “Pay As You Throw” (PAYT) aqui e noutras instâncias, mas eu acho que nós temos de repensar mesmo isto tudo a nível municipal e, sobretudo intermunicipal, e o Livre vai apresentar propostas aqui nesta Assembleia Municipal muito em breve em relação a isso também.



Depois, a segunda parte desta moção que fala sobre aquilo que são a gestão dos recursos hídricos do concelho, porque vemo-lo também por outros concelhos vizinhos, a água vai ser um dos principais temas da Distrito nos próximos anos, e acho que temos de começar seriamente a pensar nisto também.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões, um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

2. Moção “Pelo fim dos constrangimentos nas urgências de ginecologia e obstetrícia na Península de Setúbal” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – A CDU entendeu que devíamos trazer aqui esta moção, até porque esta semana voltaram-se a registar novos constrangimentos no acesso das grávidas e das famílias às urgências de obstetrícia e ginecologia, num resultado claro da opção errada do Governo de centralizar as urgências da Península de Setúbal, no Hospital Garcia de Orta, e em parte no de São Bernardo, que na verdade teve sempre grandes constrangimentos desde que esta urgência foi registada.

Ora, o Hospital Garcia de Orta também não foi capaz de dar resposta, tal e qual como nós da CDU fomos sempre alertando e, portanto, chegado este momento, entendemos que seria a hora também desta Assembleia Municipal se manifestar contra este modelo de financiamento do Serviço Nacional de Saúde, que mais não faz do que impedir os setubalenses de nascer na sua cidade e terem que ir nascer a dezenas e não centenas de quilómetros longe de casa.

David Martins (SET-V25) – Eu gostaria de começar por dizer que esta minha intervenção tem uma enorme responsabilidade na medida em que eu e nós, na nossa bancada, temos três pessoas ligadas à saúde, e eu fui das pessoas mais preocupadas com o serviço de obstetrícia, quando fui Diretor do Hospital entre 1996 e 2003, mas então o que é que eu quero dizer, no fundo, a minha intervenção é no sentido de contribuir para a literacia em Saúde, porque nós temos que conhecer bem a fundo, as questões da Saúde para poder depois apresentar moções, e que nós estamos de acordo com a vossa sensibilidade, perfeitamente de acordo, eu como o médico e as outras pessoas que estão aqui e que fazem parte da Saúde, nós estamos absolutamente sensíveis àquilo que vos preocupa também.

No entanto, é preciso também ponderar o seguinte, qual é a solução viável, o meu título diz uma solução viável para a obstetrícia na Península de Setúbal.

A situação da assistência às grávidas na Península de Setúbal não se resolve apenas com o encerramento ou a reorganização das urgências. O verdadeiro problema é a escassez de médicos obstetras, anesthesiologistas e enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica.

A recente reorganização das urgências de ginecologia e obstetrícia, através da criação de um modelo regional envolvendo os Hospitais Garcia de Orta, São Bernardo e Nossa Senhora do Rosário, pretende precisamente responder à falta de profissionais através da partilha de equipas. Trata-se de uma medida que pode melhorar a previsibilidade e a segurança clínica, mas que, por si só, não aumenta o número de profissionais disponíveis.

A solução passa por uma estratégia integrada assente em cinco pilares.

Primeiro, valorizar os profissionais. É indispensável criar incentivos financeiros e de carreira para quem trabalha em serviços de urgência obstétrica com elevada pressão assistencial.

Horários previsíveis, remuneração adequada e progressão profissional são fundamentais para fixar médicos e enfermeiros.

Segundo, mobilidade regional organizada. Em vez de cada hospital funcionar isoladamente, deve existir uma bolsa regional de profissionais, com escalas comuns entre os Hospitais de Setúbal, Barreiro e Garcia de Orta, garantindo equipas completas sem sobrecarregar sempre os mesmos serviços.



Terceiro, apostar na formação. É necessário aumentar a capacidade formativa dos Hospitais da Península de Setúbal, criando mais vagas de internato médico em Obstetrícia e Ginecologia e mais locais de especialização para enfermeiros especialistas, assegurando que uma parte significativa destes profissionais permanece na região após a formação.

Quarto, reforçar os cuidados de proximidade. Muitas situações que acabam nas urgências poderiam ser acompanhadas por equipas de saúde materna nos cuidados de saúde primários, com maior articulação entre médicos de família, enfermeiros especialistas e obstetras hospitalares.

Quinto, planeamento a médio prazo. Não podemos continuar a gerir esta área semana a semana. A Península de Setúbal serve uma população de centenas de milhares de habitantes e necessita de um plano plurianual para recrutamento, retenção e substituição dos profissionais que se aposentam.

O objetivo não é apenas manter urgências abertas. É garantir que todas as grávidas tenham acesso a cuidados seguros, de qualidade e próximos da sua residência, sem incertezas sobre onde poderão ser atendidas no momento mais importante das suas vidas.

A saúde materna não pode depender da sorte da escala do dia. Deve depender de uma política séria de recursos humanos, planeamento e investimento no Serviço Nacional de Saúde.

As medidas estruturais — contratação, formação e retenção de profissionais, um aparte, vocês sabem, os colegas sabem, vocês sabem quanto anos demora para um especialista em obstetrícia, para a especialização, são cerca de 12 anos, para chegar ao fim e ser um especialista, isto é um plano estratégico que tem de ser de facto implementado e uma reorganização do Serviço Nacional de Saúde, demoram anos a produzir resultados. Até lá, é necessário garantir a segurança das grávidas e dos recém-nascidos. Nesse contexto, uma referenciação organizada entre os Hospitais da Península de Setúbal, tendo o Hospital Garcia de Orta como unidade de maior diferenciação e com maior disponibilidade de recursos humanos, pode ser a solução mais sensata nestas circunstâncias, desde que cumpra determinadas condições.

Não devemos confundir a solução de emergência com a solução definitiva. A definitiva passa por contratar, formar e fixar médicos obstetras, anesthesiologistas e enfermeiros especialistas. Mas isso leva tempo. Entretanto, temos de garantir que nenhuma grávida fica sem resposta segura.

Nesse sentido, a articulação entre os Hospitais de Setúbal, Barreiro e Garcia de Orta, com referenciação organizada e previamente planeada, parece ser a melhor solução transitória.

O Hospital Garcia de Orta dispõe de maior diferenciação e, em muitos momentos, de maior capacidade para assegurar equipas completas. Se houver coordenação regional, transporte adequado e informação clara às grávidas, esta organização pode aumentar a segurança clínica e evitar encerramentos inesperados de urgências.

O importante, caros colegas, é que esta seja entendida como uma resposta temporária devido à falta de recursos humanos, e não como um substituto do investimento necessário no Hospital de São Bernardo, no Hospital do Barreiro e no próprio Garcia de Orta. A região precisa de reforçar todos os seus hospitais, mas até lá faz sentido utilizar os recursos disponíveis de forma solidária e coordenada.

Acréscencia apenas uma ressalva importante, esta solução só funciona se houver:

Critérios clínicos claros para a referenciação;

Transporte rápido e garantido para as grávidas que necessitem de transferência;

Comunicação antecipada às utentes sobre qual o hospital de referência em cada momento;

Capacidade efetiva do Garcia de Orta para absorver o aumento de procura sem comprometer a qualidade dos cuidados.

Ou seja, como medida transitória, a centralização coordenada faz sentido. O erro seria transformá-la numa solução permanente sem resolver a causa do problema, a escassez de profissionais no conjunto da Península de Setúbal.

Neste sentido e pelo que todos facilmente compreendemos a situação é complexa e por esse motivo eu sugeria que brevemente convocássemos uma reunião da Comissão de Saúde, da qual sou o coordenador para analisarmos profundamente este assunto.

Como a nossa preocupação também é a nossa, nós vamos abster-nos.



André Dias (LIVRE) – Como é evidente, nós acompanhamos esta moção, aliás nós já o fazemos também na Assembleia da República com várias propostas, porque qualquer solução viável é a que garante que grávidas não tenham partos em ambulâncias a caminho do Hospital de São Bernardo, e honestamente isto já é tudo temporário há tempo a mais.

Simão Calixto (CDU) – Queria agradecer o diagnóstico ao Doutor David Martins, de facto, estamos de acordo que o problema é a falta de profissionais, e até estamos de acordo, em parte, com as soluções de longo prazo que apontou, que é necessário rever as carreiras médicas, rever incentivos para que os profissionais se mantenham no Serviço Nacional de Saúde, o que não podemos concordar em tudo aquilo que disse, é que de facto nem o Garcia de Orta está a responder e de facto as mulheres em particular e as nossas crianças a seguir, continuam a não ter acesso aos cuidados de saúde que merecem e para o qual o Serviço Nacional de Saúde foi criado e, portanto, aqui temos esta moção também neste sentido e agradecemos a vossa clarificação da vossa posição.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 25 votos a favor, 12 do PS, 7 do CH, 5 da CDU e 1 do LIVRE, e 11 abstenções, 10 do SET-V 25 e 1 da IL.

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE PROTESTO E DE PESAR

- 1. Voto de Protesto “Apelo ao Bom Senso na Gestão Autárquica e Revisão das Tarifas de Saneamento e Resíduos face ao Custo de Vida” (CH)** (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Bartolomeu Pereira (CH) – Eu vou optar por não ler o texto do voto de protesto, no entanto, vou fazer aqui uma pequena alocução no sentido de dar um reforço a esta petição, não que concorde com a forma, de coisas abusivas, mas sim, com o conteúdo, isto no sentido de apelar também ao bom senso de todos os deputados e do Executivo, para que possamos assumir não só a posição de auditores exigentes, mas também de adultos na sala, compreendendo que os aumentos das tarifas de alguma maneira, teriam que ser efetuados mais cedo ou mais tarde, talvez esta forma que aconteceu não foi certamente a mais indicada, como já aqui alguns disseram, fomos quase que apanhados de surpresa, e, portanto, o CHEGA aqui coloca-se no alinhamento com os peticionários no apelo ao Executivo.

Simão Calixto (CDU) – Isto é capaz de ser a piada do dia, porque de facto o apelo ao bom senso é aos vereadores que foram eleitos pelo CHEGA, que votaram a favor dos aumentos deste tarifário. Querem agora na Assembleia Municipal fazer um volt face, tentar parecer bem aos setubalenses, pois assumam as vossas responsabilidades e a vossa falta de bom senso, se querem passar recados aos vereadores façam-no nas vossas reuniões internas, não usem a Assembleia Municipal.

Joana Vaz (PS) – Eu confesso que intervir depois do senhor deputado Simão Calixto, torna-se um bocadinho mais complicado, mas queria só dizer ao senhor deputado Bartolomeu que, para além dos deputados e do Executivo, eu acrescentaria a esta moção e a este apelo, ao bom senso dos vereadores do partido CHEGA que tal como o senhor deputado disse, votaram a favor destes aumentos tarifários. Por isso, lavar roupa suja daquilo que são as nossas quezílias partidárias na Assembleia Municipal, não é a melhor solução e não abona em nada para a construção daquilo que vai ser uma solução para os setubalenses.

Luís Silva (IL) – De facto, esta proposta demonstra desde logo uma realidade evidente, o aumento das tarifas teve um impacto significativo sob a economia local, e isso é óbvio. Se hoje é necessário criar um apoio extraordinário de 500 mil euros em termos de estimativa, para compensar esse impacto, é porque houve efetivamente um problema que importa reconhecer.



Dito isto, não podemos deixar de assinalar a tremenda incoerência política a que assistimos, há poucos dias o CHEGA aprovou em reunião de Câmara esta medida de apoio extraordinária, através dos seus vereadores, hoje apresenta um voto de protesto contra a mesma situação, como se não tivesse participado nessas mesmas decisões que procuraram responder a esse problema.

A Iniciativa Liberal, entende então que a política exige coerência, não basta protestar ou não basta estar sempre a protestar, é preciso apresentar soluções consistentes.

Quanto ao mérito da proposta, reconhecemos a intenção de apoiar as pequenas empresas mais afetadas, obviamente, contudo, continuamos a considerar que recorrer ao orçamento municipal para compensar tarifas elevadas, não resolve o problema estrutural.

A resposta deve passar por uma gestão mais eficiente, maior transparência tarifária e pela redução dos custos do sistema, para que estes apoios extraordinários deixem de ser necessários.

Por entendermos ainda que esta medida atenua um problema imediato e palpável, mas não resolve a sua origem, a Iniciativa Liberal optará pela abstenção.

André Dias (LIVRE) – Eu, infelizmente, tenho pouco tempo, por isso não posso esperar que todos os vereadores do CHEGA voltem à sala, é uma pena!

Mas uma moção de apelo ao bom senso na gestão Autárquica, vinda do CHEGA, eu repito, uma moção de apelo ao bom senso na gestão Autárquica, vinda do CHEGA!

Se calhar é como no Pacote Laboral, vão mudando de voto também, não vamos perceber, mas honestamente eu e o LIVRE, começamos a perceber porque é que há tantos problemas na gestão de resíduos em Setúbal, se calhar é que há mesmo muita gente que tem muito lata guardada.

Bartolomeu Pereira (CH) – Eu começo por seguir a mesma entoada cómica e dizendo que receber lições de moralidade sobre as contas camarárias da parte da CDU e do PS, é como convidar o comandante do Titanic para nos dar lições de navegação.

Eu relembro, e espero que a câmara esteja aqui a filmar, temos aqui o gráfico da evolução da dívida no Município desde o ano 80 a 2025, isto não é cómico, isto é trágico!

Eu não vou referir os nomes de quem esteve no Executivo e na Assembleia, mas posso dizer a todos que há um que não está aqui de certeza, e esse é o CHEGA.

José Manuel Canavarro (SET-V25) – Já agora juntando-me também a esta componente mais, digamos, mais satírica, eu diria que, para um Partido de extrema-direita, eu estou a apreciar a liberalidade e o conflito que existe dentro de um Partido, que todos dizem ser extremista e autoritário, portanto, isso também é de saudar.

Luís Maurício (CH) – Eu vou só lembrar ao senhor deputado que não existem Partidos de extrema-direita, existe um Partido de direita, nada mais que isso, Partidos de extrema-direita não são consagrados pela Lei dos Partidos.

José Manuel Canavarro (SET-V25) – Eu disse um Partido tido como de extrema-direita, eu não acentuei a extrema-direita como ideologia do CHEGA.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de protesto reprovado por maioria e em minuta, com 18 votos contra, 12 do PS, 5 da CDU e 1 do LIVRE, 6 votos a favor do CH e 12 abstenções, 10 do SET-V 25, 1 do CH e 1 da IL.



2. Voto de Pesar “Pelo Falecimento de Arlindo Pato Mota” (SET-V 25) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Helena Coelho (SET-V25) – Leu o voto de pesar: *“Faleceu Arlindo Pato Mota, uma personalidade que marcou profundamente a vida cívica, educativa e cultural do concelho de Setúbal.*

Radicado em Setúbal desde 1972, dedicou grande parte da sua vida à educação, ao associativismo, à defesa do património e à participação cívica.

Foi fundador da delegação de Setúbal da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, presidente da Direção da UNISSETI – Universidade Sénior de Setúbal e da SALPA, deixando um legado ímpar na promoção do conhecimento, da cultura e da cidadania.

Homem de convicções, destacou-se igualmente pela sua oposição ao regime ditatorial antes do 25 de Abril, pela sua intervenção pública e pelo contributo enquanto cronista e autor, sempre ao serviço da reflexão e do bem comum.

O seu percurso foi justamente reconhecido com a atribuição da Medalha de Honra da Cidade de Setúbal, distinção que espelha o reconhecimento da comunidade pelo seu inestimável contributo.

A Assembleia Municipal de Setúbal manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Arlindo Pato Mota e apresenta as mais sentidas condolências à sua família, aos seus amigos e a todos os que com ele partilharam o compromisso com a educação, com a cultura, com o associativismo e a cidadania.

À sua memória, propõe-se um voto de pesar e um minuto de silêncio.”

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões, cinco Deputados Municipais, dois do PS e três do CH.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

3. Voto de Pesar “Falecimento de Arlindo Mota” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Ana Rita Drouillet (CDU) – Leu o voto de pesar: *“Faleceu Arlindo Mota, 79 anos, militante do PCP, desde 1974, um intelectual que colocou o seu saber ao serviço do povo, da região e no concelho de Setúbal.*

Natural de Troviscal, Oliveira do Bairro, em Aveiro, e a viver em Setúbal desde 1972, Arlindo Mota era licenciado em Filosofia, em Direito e Doutoramento em Ciência Política.

Cedo tomou consciência política e envolveu-se, enquanto dirigente estudantil, na luta contra a ditadura.

Com uma vasta obra publicada, da poesia, ao romance, passando pelo ensaio, no plano profissional foi protagonista de diversos projetos emblemáticos que, na região e no concelho de Setúbal, promoveram a cultura, a arte e o conhecimento.

Arlindo Mota dedicou uma parte significativa do seu percurso profissional à Associação de Municípios da Região de Setúbal, onde se destacou pela promoção da Leitura Pública, através da criação do Grupo de Trabalho Intermunicipal das Bibliotecas Públicas do Distrito de Setúbal e da realização dos Encontros da Leitura Pública, pela valorização da formação profissional dos trabalhadores das autarquias, com a implementação do FORMAAS – Programa de Formação para a Modernização das Autarquias do Distrito de Setúbal, pela criação do CRAUT – Clube de Reflexão Autárquica, pelo lançamento do projeto Kid’s Guernica, que reuniu municípios, escolas, crianças e jovens em torno da promoção da educação pela Paz.

Ao longo da sua atividade, coordenou inúmeros projetos culturais e editoriais, contribuindo de forma decisiva para a valorização, divulgação e preservação da história, da cultura e do património da Região de Setúbal. Entre as publicações e iniciativas editoriais a que esteve ligado destacaram-se a revista Movimento Cultural, Formas de Abril, o Roteiro das Bibliotecas Públicas, o jornal A Margem Sul, obras que constituem um importante legado para a memória coletiva da região.

Arlindo Mota foi um dos fundadores e era Presidente da UNISSET – Universidade Sénior de Setúbal.



A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão extraordinária, a 17 de julho de 2026, delibera:
Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Arlindo Mota, reconhecendo o valor da sua intervenção cívica ao serviço da comunidade;
Endereçar à sua família e amigos, bem como ao seu Partido e à Uniset, as mais sentidas condolências;
Sugerir à Comissão de Toponímia o nome de Arlindo Mota para figurar numa artéria da cidade;
Prestar um minuto de silêncio em memória de Arlindo Mota.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões, cinco Deputados Municipais, dois do PS e três do CH.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio em honra dos falecidos.

b) Interpelações ao Executivo

Mário Aranha (PS) – Uma questão muito direta, nós estamos a viver um Verão bastante quente, já vamos em cerca de quatro ondas de calor, infelizmente preveem-se mais ondas de calor para este ano, e a aceleração deste problema.

Temos um Plano Municipal para o Combate às Alterações Climáticas, queríamos saber qual é o ponto de situação da execução dos vários projetos absolutamente necessários para combater estas ondas de calor, como seja a eficiência energética, como seja o Plano de Arborização, como seja a construção de parques verdes, etc.

Fernanda Rodrigues (CDU) – Vou colocar uma questão que me parece manifestamente importante, foi dito nesta Assembleia que o caminho 1056, mais conhecido entre os setubalenses, o caminho da Rainha, se encontrava aberto para as pessoas poderem passar no uso pedonal.

Isso não acontece, eu duas vezes por dia, passo logo de manhã e ao final do dia quando me desloco para a minha atividade profissional, e registo, e poderei mostrar a quem esteja interessado, que o caminho 1056, ou caminho da Rainha, se encontra fechado, tendo uma frecha de cerca de 30 a 50 centímetros, se tanto, para alguém passar, eu como “gorducha” que sou, dificilmente lá passo.

Portanto, não sei, lanço aqui um desafio a todos os presentes que queiram experimentar e verificar se podem utilizar o caminho 1056, ou o caminho da Rainha, como foi dito nesta Assembleia.

Uma outra questão que também queria colocar, relativamente ao Parque de Merendas da Comenda, é que as casas de banho lá existentes, e já tivemos o cuidado de informar o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias, continuam fechadas.

E como tal parece-nos que é necessário tomar medidas sobre esta matéria, até porque anteriormente não se verificava o fecho destas casas de banho.

Joana Vaz (PS) – A minha questão também será muito direta, é sobre se já há previsão para o arranjo da climatização do Fórum Luisa Todi, uma vez que é o maior Auditório do Município, isto na medida em que esta situação já se arrasta pelo menos desde o início do ano, e face também ao circunstancialismo de estar a ser preparada a Candidatura à Capital Portuguesa da Cultura, e poderia dizer-se que não deixa de ser cómico se não fosse verdadeiramente trágico, o facto de a Candidatura ser multifacetada, abrangente, fala do mar, da terra, do turismo, das paisagens, e depois a nível de equipamentos culturais, Setúbal deixa a desejar.

Simão Calixto (CDU) – A minha questão era em relação ao “Flamingo Camp”, um campo de férias criado há uns pela Câmara para os jovens, para a ocupação dos tempos livres, que decorreu há 15 dias no Parque de Juventude da Gâmbia.



A questão que se prendia, é que de facto, este acampamento decorreu na altura dos alertas vermelhos de calor extremo, e sabendo que há lá bungalows e outras infraestruturas, que apesar de não estarem em uso há algum tempo, se não houve condições para os colocarem em funcionamento durante esta atividade que decorreu no princípio do mês.

Tenho aqui outra questão, mais em jeito de declaração do que questão ao Executivo, mas que não queria deixar de fazer, que quando entramos aqui nesta Assembleia às 19:00 horas, depois entretanto não consegui reconfirmar, mas ainda não estavam publicadas as notas dos exames nacionais e, portanto, deixar aqui também aos jovens e às famílias, uma nota de solidariedade e de profunda preocupação, com o desnorte deste Governo, que nem notas dos exames conseguiu ter disponíveis a tempo e horas, conforme se comprometeu até hoje de manhã, na Assembleia da República.

Nuno Cruz (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Antes de passar à minha intervenção, que tenho escrita, gostava de dar aqui alguma informação relativamente à Comenda, a casa de banho costuma estar aberta, esteve encerrada alguns dias porque houve lá um problema com a fossa, a fossa encheu, e quando a fossa está cheia como é evidente não podemos manter a casa de banho, porque senão as pessoas correm o risco de chegar à casa de banho e encontrarem um espaço sem a dignidade que ele merece, para as pessoas que lá vão. O horário é muito simples é das 08:00 horas às 16:00 horas, durante a semana, portanto, se for lá às 17:00 horas é claro que a vão encontrar fechada, e ao fim de semana é das 08:00 horas às 20:00 horas, acordado com a Câmara Municipal de Setúbal.

Portanto, senhora deputada, amanhã pode passar lá e verá que está aberta a casa de banho.

Agora irei fazer a minha intervenção senhor Presidente.

A 15 de setembro, data em que celebramos o Dia da Cidade, é igualmente um momento importante no que toca ao enaltecimento de artes, vidas e percursos cívicos ou profissionais, bem como enaltecimento de feitos desportivos, culturais, entre outros.

É nesse dia que Setúbal atribui um conjunto de medalhas honoríficas para distinguir personalidades e instituições que se destacam pelo seu mérito notório, conduta exemplar, ou serviços prestados ao Concelho. Nos últimos anos, infelizmente, o que se verificou em Setúbal foi a atribuição desenfreada e às vezes com critérios discutíveis de um sem número de medalhas, que em alguns anos ultrapassou mesmo mais de uma centena de condecorações.

Bem sei que Setúbal é terra fértil em feitos, é um mar de cultura, é um céu de resultados desportivos, um jardim de profissões notáveis, mas pergunto se devemos continuar a premiar instituições e personalidades sem critérios claros e transparentes e que façam sobressair de entre todos aqueles que marcaram de uma forma positiva o nome de Setúbal, os nomes que conseguiram se destacar ainda mais entre os já demais atos e feitos por si são notáveis.

É entendimento do Executivo da União das Freguesias de Setúbal, num momento em que certamente as vereações dos Partidos com assento no Executivo da Câmara Municipal, já palpitam entre quais os ilustres setubalenses ou não setubalenses vão indicar para levar à votação em reunião de Câmara.

Não sei quantos nomes veremos ser homenageados, mas sei que mais uma vez será feito através de um processo que não está devidamente regulamentado, nem tem em consideração a opinião das Juntas de Freguesia, entidades que conhecem como ninguém o trabalho feito nas suas Freguesias, os homens e mulheres que se destacam entre os seus pares, e que poderiam juntamente com outras entidades engrandecer este processo seletivo.

Face ao já exposto, e até porque nesta matéria em meu entendimento é que nenhum Partido, obviamente, fica livre de responsabilidade neste processo, deixo um pedido ao Executivo camarário, para que possa criar um grupo de trabalho que tenha como objetivo apresentar uma proposta de regulamento de entrega das medalhas da cidade, constituído por diversas personalidades da nossa cidade, de diversas áreas de atividade, incluindo, como só poderia deixar de ser, representantes das forças políticas locais, representantes da Assembleia Municipal, e um representante de cada Junta de Freguesia.



Neste modo, não estamos a condicionar os direitos das forças políticas com assento no Executivo da Câmara Municipal de Setúbal, estamos a aumentar a responsabilidade de quem pode de forma isenta de interesses partidários apresentar uma proposta baseada em critérios pré-definidos.

Ana Rita Drouillet (CDU) – Senhora Vice-Presidente, foi com algum espanto que na passada semana os setubalenses acordaram com o Mercado do Livramento pintado de uma cor diferente, nova.

Ora, numa altura em que se fala de contenção financeira, em que são postas em causa ajudas fundamentais como o apoio à compra dos livros de fichas nas escolas, como obras estruturais nos bairros periféricos da cidade, etc., apesar de compreendermos a total pertinência da comemoração dos 150 anos do Mercado do Livramento que, obviamente, saudamos e não podemos deixar também de assinalar, questionamos a pertinência de uma operação de cosmética, com alguma consternação devo dizer, portanto, gostaríamos de saber como é que justificam esta operação.

Maria João Palma (PS) – Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um reforço de um assunto que já foi trazido aqui a esta Assembleia Municipal, que não foi pelo Partido Socialista, mas por uma pessoa que veio fazer essa referência no tempo do público, e é relativamente aos autocarros para a praia da Figueirinha.

Durante o período da manhã saem frequentemente quase lotados do Terminal da Várzea, o que prejudica quem pretende entrar nas restantes paragens e compromete a qualidade e a segurança do serviço, a senhora Vice-Presidente na altura, acatou aquele reparo que foi feito pelo nosso município, uma vez que a situação permanece, gostaríamos de saber se há alguma novidade, ou alguma alteração, que ainda venha a ser feita neste sentido.

Em segundo lugar, o Terminal da Praça do Brasil continua sem as condições mínimas, ou aquelas que seriam as ideais e que os utentes merecem.

É incompreensível, a falta de abrigos para os passageiros da rede de expressos e a inexistência de um painel geral de informação com as carreiras, os horários, chegadas e partidas dos autocarros, bem como os painéis informativos nas linhas de embarque.

Setúbal efetivamente merecia como capital de Distrito e grande Município que é, um terminal, um pouco mais digno e mais funcional.

Por último, gostava de alertar para a necessidade de garantir a disponibilização permanente das gravações em vídeo da Assembleia Municipal, aquilo que nós nos temos apercebido é que há uma disponibilidade ou uma disponibilização das gravações da Assembleia Municipal, mas que essa disponibilização é temporária, e depois existem Assembleias Municipais, que simplesmente desaparecem por completo do site do Município, essas gravações das reuniões.

Gostávamos de perceber se existe algum motivo em concreto, ou se eventualmente é alguma falha técnica relativamente a isso.

Luís Silva (IL) – Tinha duas questões para colocar à senhora Vice-Presidente, uma delas até se pode enquadrar na futura candidatura da Capital Portuguesa da Cultura, e tem a ver com o Fórum Luisa Todí, eu sou utente frequente e ultimamente no Verão, nas últimas semanas não tenho podido utilizar, não me tem sido oportuno ir lá, mas é notória as faltas de condições durante estes períodos de calor, em que fica a questão relativamente ao ar condicionado, mas não só, algo que é mais permanente, é perfeitamente notório que os serviços de apoio não estão preparados para dar suporte à quantidade de utentes que por vezes, e ainda bem, beneficiam dos espetáculos que lá ocorrem.

Não há um bengaleiro estruturado para guardar casacos, guarda-chuvas, fica tudo ao molho, nem o café está concessionado, a não ser que me surpreenda e que nos últimos dias já esteja concessionado e a funcionar, como disse em tempos mais recentes não tive oportunidade de frequentar, mas sim, há anos que o café está fechado, bengaleiro nunca houve, e, portanto, dá um mau aspeto terrível quando temos salas cheias e não há de facto serviços de apoio.

E, portanto, deixo à senhora Vice-Presidente, a consideração de dar resposta através destas duas questões, aos setubalenses que utilizam esse espaço.



A segunda questão faz uma ponte com a última vez que eu tive o gosto de partilhar a sala com a senhora Vice-Presidente, que foi quando houve a Assembleia Extraordinária sobre Habitação, e eu referi na altura também, que já na anterior vereação, a Iniciativa Liberal tinha perguntado especificamente ao Executivo se era conhecedor, e detalhar e fornecer essa informação relativamente ao Parque Habitacional.

Uma vez que estamos agora com todos estes projetos de investimento em habitação, nós continuamos à espera estes anos depois da resposta da Câmara Municipal ao requerimento que fizemos.

E, portanto, a questão que eu volto a repetir sem mais formalidades é:

A Câmara está em condições, o Executivo está em condições de saber, conhecer e elencar exatamente qual é o Parque Habitacional que está sob a sua gestão?

Qual a sua tipologia?

Qual é o destino que está a ser dado a cada um dos equipamentos?

É que se sim, é a primeira vez nestes anos todos que sabe e, portanto, ficamos a aguardar a resposta, ao requerimento que foi feito atempadamente, e que até hoje ainda não foi respondido, mas alegra-me que a senhora Vice-Presidente esteja a sinalizar que de facto conhece, portanto, ficamos a aguardar informação mais detalhada sobre esses equipamentos, uma vez que todo o investimento que está a fazer deve ser coordenado sobre o Parque Habitacional que existe.

Bruno Frazão (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Há duas semanas, quando tivemos a última Assembleia Municipal, a pessoa que me substituiu o Vasco Gonçalves levantou aqui a questão das escolas, nomeadamente sobre os assaltos e dizer que, durante estas duas semanas mais uma escola em São Sebastião foi assaltada.

Continuamos com algumas escolas sem alarme, o que nos deixa extremamente preocupados e a questão é, até quando é que isto vai prolongar-se, se vamos estar à espera do concurso estar terminado para colocar alarmes nas escolas.

E, portanto, tendo em conta aquilo que tem sido os gastos que se têm feito decorrentes dos assaltos, se não há aqui hipótese de tomarmos uma medida provisória para resolver, e na qual a Junta de Freguesia está disponível para poder fazer parte da solução.

Luís Maurício (CH) – Eu queria perguntar se existem projetos do PRR em risco de perder financiamento por incumprimento de prazos?

Se sim, quais são esses projetos?

Quais os montantes envolvidos?

E que medidas está o Executivo a tomar para evitar essa situação?

Vice-Presidente da Câmara – Ora bem, eu acho que a primeira intervenção foi sobre as ondas de calor e o Plano Municipal, eu sobre esta matéria, vou perguntar ao Vereador se tem aqui a informação atualizada, eu sei genericamente que temos um plano para plantar árvores, muitas árvores, aliás, aprovamos na reunião de Câmara, aquela questão da plantação de muitas árvores em Setúbal, foi aprovada, mas também não sei se temos mais informação, vou passar ao Vereador Bruno Russo, que terá mais informação, uma vez que esta área é do seu pelouro.

Vereador Bruno Russo – Relativamente a esta situação, nós temos um Plano de Adaptação às Alterações Climáticas que está em revisão, estamos neste momento com uma série de plantações de árvores com escolhas de espécies mais adaptadas ao nosso clima e preferencialmente autóctones. Estamos também a implementar um sistema de gestão centralizada de rega de modo que possamos de uma forma mais eficiente reduzir a quantidade de água, que por vezes não era necessária a utilização da mesma, e estamos também a criar um procedimento de desligar e colocar sensores de humidade e de chuva nos jardins onde tem rega, e são umas das medidas que, neste momento já estamos a implementar e que, como tal e qual, como disse, estamos em fase ainda de revisão deste plano.



Vice-Presidente da Câmara – Creio que a segunda questão é da deputada Fernanda Rodrigues, referente ao caminho 1056. O que eu disse foi que os proprietários já tinham retirado as árvores de grande porte que criavam obstáculos às viaturas naquele caminho, eu não disse que o caminho estava aberto, nem poderia dizer.

O caminho está encerrado, tal qual, como eu disse na reunião de Câmara, se um dos senhores deputados me conseguir arranjar quatro soldados da GNR, porque aquele caminho, é um caminho de acesso também às praias, portanto, nós já temos as cancelas na Saboaria e temos a cancela na Gávea, aquele caminho também dá acesso às praias que nós temos de controlar por causa dos motivos que já são conhecidos, sobejamente conhecidos de todos, que eu já expliquei até à enésima vez, que são os relatórios da Proteção Civil e da GNR. Aliás, ainda ontem, fizeram um elogio aquando do incêndio, porque o que fez com que se dominasse mais rapidamente, foi haver poucos carros e haver as cancelas.

Há relatórios de todas estas entidades, nomeadamente da Capitania, a dizer que os carros e o trânsito têm de ser controlado e, portanto, já sabem, e devem saber que passam carros privados até haver lugares de estacionamento formais, e isto aconteceu porque tivemos o relatório de diagnóstico da empresa que está a fazer o diagnóstico das vertentes, que nos disseram e estamos a avançar, isto já foi aprovado em reunião de Câmara, que nos disseram que conseguem retirar aquelas pedras que ainda estão a ameaçar cair, sem haver um problema da vertente “vir por ali abaixo” numa linguagem simplista, de haver aluimentos da vertente, portanto, estamos a tratar disso, aliás, que vai acontecer, não posso precisar aqui a data, mas vai acontecer brevemente, estamos à espera da empresa que nos diga quando é que pode começar a obra, e isso fez com que nós pudéssemos pôr os concessionários e as pessoas com mobilidade condicionada e os operadores turísticos naquela zona que tivemos que fechar antes do túnel, que era onde o anterior Executivo, já permitia quando fechou o túnel, permitia que essas pessoas estacionassem, e já conseguimos abrir o outro estacionamento às viaturas normais.

Agora, este caminho, eu não consegui, quando tiraram de lá aquela matéria combustível e as árvores, eu não consegui pessoas para irem para aquelas cancelas para poderem também passar por ali os carros, porque tal qual como nas outras, eu preciso de ter dois soldados da GNR em cada uma, e disseram que não tinham disponibilidade de mais efetivos.

Portanto, daí o caminho permanecer fechado, mas vai abrir, dia 16 de setembro já está aberto, que é quando acaba a época balnear.

Também me perguntaram, e quando há incêndios?

Quando há incêndios, é tal qual, como nas propriedades privadas, se for preciso partir o portão e entrar, é o estado de necessidade, que vocês devem conhecer também.

A partir do momento em que acaba a época balnear, o caminho é aberto, tal como os outros todos.

As casas de banho, já foi respondido!

O ar condicionado do Fórum, e todas estas questões que foram levantadas a propósito do Fórum, portanto, os bengaleiros e o pessoal, eu pedia ao Doutor Luís Liberato, se não se importa, que sabe disto melhor do que eu, que está lá todos os dias, se consegue explicar isto, ou não!

A questão do ar condicionado, deve saber como é que está, mas nós também sabemos, as outras questões da logística e do bar, eu também não sei.

Luís Liberato (Diretor do Departamento de Cultura, Desporto Direitos Sociais, Saúde e Juventude) – Relativamente à questão do ar condicionado, contamos tê-lo arranjado para a semana, espero, mas brevemente estará.

Sobre o bar, nós já tivemos o bar concessionado, o concessionário esteve dois meses e desistiu do contrato. Lançamos já diversos concursos e não aparecem interessados, porque o bar tem um problema, é que a maior parte dos espetáculos não tem intervalo, e os que têm, tem 10 minutos de intervalo, as pessoas bebem um café, e, portanto, de facto, não conseguimos. É por esse motivo, enfim, que quem frequenta o Fórum Luísa Todi, sabe isso, que não temos conseguido ter interessados e se houver, cá estamos.



Já abrimos vários concursos, e nós temos uma máquina automática que hoje tem um conjunto de cafés, bebidas, aliás muito variado e, portanto, tentamos colmatar essa falha, que é uma falha, obviamente, porque há um café, mas que não está concessionado já algum tempo.

Bengaleiro, nós temos um pequeno bengaleiro, normalmente as pessoas não utilizam, mas quando há eventos em que há necessidade e sobretudo no Inverno, em que há necessidade tem um bengaleiro, colocamos uma pessoa e pomos o bengaleiro a funcionar, o bengaleiro é no foyer, no fundo junto à entrada dos artistas, portanto, o espaço tem um bengaleiro e de facto, ele é utilizado sobretudo no Inverno, quando às questões dos sobretudo e dos chapéus de chuva.

Vice-Presidente da Câmara – Eu frequento muito Fórum, mas nunca achei falta do bar, por acaso nunca achei falta do bar, porquê, porque tem a tal máquina e quando é preciso alguma coisa, vai-se lá. Portanto, a senhora deputada Joana Vaz também era sobre o ar condicionado, já foi respondido, fizemos a requisição, estamos a aguardar, temos estado a tentar que haja quem queira reparar desde fevereiro, esperamos que tenhamos alguma imprensa que queira fazer o trabalho e que o faça, e o que o faça bem.

O campo de férias do Parque de Campismo da Gâmbia, eu não percebi muito bem, não sei se algum dos vereadores têm informação, mas eu gostava que me explicasse o que é que se passou no Parque de Campismo da Gâmbia.

Ana Rita Drouillet (CDU) – Senhora Vice-Presidente, o que se passa no Parque da Juventude da Gâmbia, é que existem equipamentos instalados há anos e anos, de facto, no nosso mandato também nós reparamos, mas a verdade é que já desde este ano, muitos meses decorreram, sabia-se das temperaturas altíssimas que iriam se fazer sentir durante aquele período e ainda assim insistimos em fazer aquilo em tendas, quando existem lá oito bungalows que nunca foram inaugurados, concretamente.

Vice-Presidente da Câmara – Dou a palavra novamente ao Doutor Liberato.

Luís Liberato (Diretor do Departamento de Cultura, Desporto Direitos Sociais, Saúde e Juventude) – Eu queria só fazer uma nota, o *Flamingo Camp*, faz parte do Departamento em que eu estou, da Divisão de Juventude, não foi há 15 dias, foi há 5 dias, as temperaturas não estavam tão altas como há 15 dias, quero recordar isso, e os bungalows já foram inaugurados, aliás, eles têm sido utilizados, não estão na sua plenitude, mas nós tivemos vários eventos há uns meses atrás em que os bungalows foram utilizados, com sacos-cama, sobretudo, porque a maior parte dos bungalows não tem equipamento lá dentro, mas eles estão utilizáveis.

Neste caso concreto, era um acampamento e, portanto, o princípio era que, todos os jovens estavam em tendas, porque também não fazia sentido ter três ou quatro pessoas em bungalows e trinta ou quarenta em tendas.

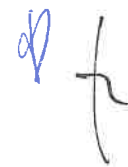
Portanto, os bungalows foram inaugurados, tem obviamente um uso ainda muito restrito, queria só fazer esta nota que não foi há 15 dias, porque aí sim, tiveram aquelas temperaturas muito elevadas, o *Flamingo Camp* fechou no domingo dia 12 e, portanto, fechou há quatro dias, não houve essa questão de risco de temperaturas muito elevadas.

Vice-Presidente da Câmara – Senhor Presidente Nuno Cruz, sobre o regulamento eu passo a palavra ao senhor Vereador Paulo Maia, porque, de facto existe um regulamento.

Vereador Paulo Maia – Existe um regulamento na Câmara de atribuição de medalhas, efetivamente não contempla, digamos que o ajuste com as Juntas de Freguesia.

Relativamente ao regulamento ele existe, efetivamente é de 1993, poderá sempre ser revisto, naturalmente, poderá ser sempre uma opção, de podermos rever e ver a questão.

Que não existe não, existe um regulamento!



Intervenção inaudível...

Vice-Presidente – Sim, é pena o Executivo anterior também não o ter revisto, já que ele era necessário. Mercado do Livramento, obras! Esta questão eu vou dar a palavra ao Vereador Bruno Russo, que tem as obras.

Vereador Bruno Russo – Relativamente ao Mercado do Livramento não está a ser simplesmente uma pintura, o Mercado do Livramento precisava de reparação na fachada, tinha as fachadas deterioradas, foi feita a reparação integral nas fachadas por todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal e, entretanto, agora estamos a proceder à pintura.

Foi escolhido pela Câmara Municipal de Setúbal e pelos proprietários das bancas, uma nova cor a colocar no Mercado do Livramento, de modo a podermos comemorar de uma forma digna também o aniversário que se aproxima.

Esta foi a razão da pintura, não foi simplesmente pintar por pintar, foi pintar, e quero deixar esta nota, foi pintar, porque existiu a necessidade de uma intervenção de reparação em todas as fachadas e depois foi então decidido pintar o Mercado, e pintar de outra cor.

Já não era pintado há oito anos!

Vice-Presidente da Câmara – Pois, era isso que eu queria dizer, a Câmara tem que dar o exemplo, se eu ando a notificar as pessoas, os proprietários, para a obrigatoriedade de dever de conservação de oito em oito anos, a Câmara tem de dar o exemplo, também tem de conservar os seus imóveis, principalmente quando eles estão a precisar.

É o caso do Mercado do Livramento.

A questão da deputada Maria João, sobre os autocarros, peço desculpa, eu também não percebi muito bem, percebi bem a questão do Terminal da Praça do Brasil, e a informação que eu tenho é que, nós já pedimos o ano passado o abrigo, temos estado a consertar isto com os utilizadores dos autocarros, creio que a Divisão de Mobilidade está a tratar dessa situação.

Sobre a questão dos autocarros de 10 em 10 minutos e das entropias, eu não percebi muito bem, eu posso pedir para dizer qual é a questão dos autocarros?

Maria João Palma (PS) – Claro que sim! Senhora Vice-Presidente, um munícipe trouxe esta questão, que é o facto dos autocarros ao saírem vão cheios, e que depois nas paragens subsequentes, as pessoas ficam na paragem e não conseguem entrar no autocarro que já vai cheio.

E a senhora Vice-Presidente, nessa altura disse que iria tomar nota e teria essa informação em consideração. Neste momento, aquilo que nos foi relatado é que continua a suceder o mesmo, o autocarro sai cheio e as pessoas que estão nas paragens seguintes ficam a aguardar muito mais tempo, porque o autocarro está cheio.

Aqui a questão é se, houve alguma incapacidade ou impossibilidade do operador de conseguir dar uma solução a este problema?

Vice-Presidente da Câmara – Obrigada, desculpe eu tê-la feito repetir, nós tivemos no dia 8 de julho aquela apresentação com a TML, com quem estamos sempre em contacto, e que têm sido muito recetivos às questões colocadas pela Câmara, nomeadamente ao autocarro 4474, que é o da Figueirinha.

O que é que acontece, os 10 em 10 minutos aquilo que me relataram é que era suficiente e que com aquela aplicação, que, entretanto, já foi divulgada, que as pessoas sabiam exatamente, se ele vinha cheio, se não vinha cheio e aonde é que deviam apanhar o autocarro.

Eu não estou a dizer que não pode acontecer, mas eles saem de 10 em 10 minutos, o que quer dizer que não devem estar muito tempo há espera, digo eu!



Se saem de 10 em 10 minutos, não poderão estar muito tempo há espera, e também me garantiram outra coisa, garantiram-me que ao sair da praia, ao fim do dia, que disponibilizaram tantos autocarros quanto necessários para trazer toda a gente da praia, até fora da hora que está contratualizada, porque a Alsa, que é a Operadora, disse que só ia buscar pessoas da praia até às 20:45 horas, e neste momento eu sei que vão sempre, enquanto houver pessoas, costuma ser 21:30 horas e estão a ir buscar pessoas, e isto é me dito pelas pessoas, não é só pela TML.

Portanto, mais que isto, de 10 em 10 minutos, com a aplicação para ver onde está, e garantirem os quilómetros todos para ir buscar pessoas da praia, eu presumia que estivesse a correr bem, mas obrigada, vou voltar a falar com a TML, para ver se isso acontece, porque de facto eles têm os relatórios todos, eles fazem-nos chegar os relatórios com o número de passageiros transportados, o tempo de espera, temos isso tudo.

Posso fazer-lhes chegar, e posso voltar a falar com eles.

Em relação às gravações, eu não sei se isso não será uma competência da própria Assembleia Municipal.

Desconheço que não estejam disponíveis, mas podemos fazer esse trabalho conjunto, ver se não estão disponíveis, ou se desaparecem, ou se têm uma periodicidade, podemos ver isso.

Presidente da Mesa – Senhora Vice-Presidente, se eu puder elucidar sobre esta questão.

A Assembleia Municipal, não tem capacidade de transmitir o que quer que seja a nenhum funcionário da Câmara.

Passa tudo pelo GAP, não é! E já foi falado há uns tempos, com o senhor Diretor Sérgio Mateus, de algumas coisas que não aconteceram ainda, e, portanto, penso que isto é um reforço dessas preocupações.

Vice-Presidente da Câmara – Senhor Presidente, tem sempre o à-vontade todo para falar com qualquer um de nós, a todo o momento, a todo o instante, se o Doutor Sérgio Mateus, não respondeu, eu vou-lhe pedir para ele responder, mas pode-se sempre falar connosco, telefone, entra pela porta, para resolver este tipo de questões, mas vou perguntar ao Doutor Sérgio Mateus.

Relativamente às questões da habitação, quando eu lhe disse que sim, ao senhor deputado, foi precisamente porque nós, mesmo em função das obras do PRR, temos isto tudo atualizadíssimo, tivemos que mandar tudo para o Governo, mesmo que não tivéssemos, poderia haver aqui algumas coisas que não estivessem, mas neste momento, está!

Já tínhamos, porque nós temos os mil tais fogos arrendados, e sabemos exatamente quem é que lá está, quanto é que pagam, sabemos isso tudo, temos a relação exata.

A única questão que ficou por fazer aqui no anterior Executivo, e que já começamos a fazer, não sei se já está concluído, mas já estamos a fazer, é relativamente aos espaços dos vazados, os espaços comerciais dos vazados, aí sim, havia algumas ocupações ilegais e nós não tínhamos informação exata, de quais estavam indevidamente ocupados, de quais os que estavam concedidos à ACM ou a outras instituições, neste momento, estamos a fazer esse levantamento, já começamos a fazer em fevereiro, depois vejo para lhes dizer se já está pronto, ou não está pronto.

A questão do senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, em relação à questão dos assaltos, que falou, eu vou passar ao senhor Vereador Paulo Mais, porque sei que esse assunto está a ser tratado.

Vereador Paulo Maia – Efetivamente, só podemos fazê-lo com o processo em curso, não obstante, podermos pensar alguma solução intermédia que não seja a colocação do equipamento, é sempre possível pensarmos isso, para agendarmos entre nós, entre o Gabinete de Apoio às Freguesias e a Freguesia, e validarmos.

Agora, o processo não pode ser feito de outra maneira.

Vice-Presidente da Câmara – Relativamente à pergunta do senhor deputado Luís Maurício, sobre o PRR.

Nós, quando chegámos cá tínhamos as obras do PRR, encetadas, iniciadas pelo anterior Executivo, em 20%, com 2 anos.

Tinha começado há 2 anos e estava a 20%, eu já disse isto acho que foi na reunião de Câmara. Entretanto, devido à pressão, há imensa pressão que fizemos sobre os empreiteiros, nomeadamente o Vereador Bruno Russo, que andou sistematicamente, e semanalmente a visitar as obras e a insistir, e a fazer reuniões com toda a gente, nós conseguimos recuperar e estamos neste momento em 60%. Claro que estando em 60%, o financiamento era a 100%, mas tinham que estar prontas até 30 de junho, há aqui uma margem de verba, o que é que já fizemos, já falámos com o Ministro, fomos diretamente ao Ministro, depois a Secretária de Estado chamou-nos para falarmos com ela e para nós darmos esta informação, que nos estão a pedir agora, e disseram-nos que esta situação é de todos os Municípios, não é nossa, é de todos os Municípios, mesmo assim, temos a obra a 60% a maior parte, temos uma grande parte da obra a 60%, mas que iriam desbloquear verbas para concluir estas obras, isso é uma promessa...Como?

Luís Maurício (CH) – Então não teremos de devolver nada?

Vice-Presidente da Câmara – Devolver, para já não sabemos, o que me disseram, que eu estive na reunião, é que se houvesse verbas a devolver, poderiam ser, isto foi o que me disseram, não tenho nada escrito, foi o que ouvi na reunião, é que poderiam ser utilizadas depois para estas que faltam, estavam a ver se conseguiam prorrogar este prazo, se não, então haveria outro tipo de verbas, aliás foram enunciadas pelo Governo, mas também não nos disseram, nem nos afirmaram que essas verbas são a 100%, falaram sempre em percentagens, portanto, agora estamos a fazer o primeiro trabalho que é mandar tudo, porque temos um prazo limitado, depois disso é que vamos saber como é que é, com o resta da verba que falta para concluir as obras.

Eu acho que respondi a tudo!

Presidente da Mesa – Obrigado, senhora Vice-Presidente, temos aqui um pedido de intervenção da senhora deputada, Fernanda Rodrigues.

Fernanda Rodrigues (CDU) – Eu volto a insistir sobre esta questão senhora Vice-presidente, porque o caminho 1056, é um caminho municipal, e o que eu questionei não foi a abertura para viaturas, foi à utilização pedestre dos cidadãos, que podem utilizar, não é necessário estar lá nenhuns polícias, ou GNR's, ou o que quer que seja, precisam apenas de abrir uma parte limitada para qualquer um de nós cidadãos possamos utilizar o caminho municipal. Não estou a pedir, e eu compreendo e agradeço os seus esclarecimentos que já foram dados noutras circunstâncias, ou seja, noutras ocasiões que foram dadas. Compreendo o investimento que o Executivo está a fazer para resolver esta situação, mas também os cidadãos de uma forma geral, os setubalenses não compreendem, porque é que o caminho 1056, não pode ser utilizado pelos cidadãos por seu pé.

Maria João Palma (PS) – Era só um pedido de esclarecimento senhora Vice-Presidente, porque eu não sei se não a escutei, ou se a senhora efetivamente não respondeu relativamente ao painel elucidativo dos embarques, carreiras, horários, chegadas e partidas no Terminal Rodoviário.

Vice-Presidente da Câmara – Ora bem, eu da sua intervenção inicial, presumi que me tinha dito que havia lá um espaço onde podiam passar as pessoas a pé, e até me disse que era um espaço muito estreito e que precisava de mais, então eu presumi que havia um espaço por onde as pessoas podiam passar. Mas se o espaço for se o espaço...

Fernanda Rodrigues (CDU) – Mas eu tenho aqui uma fotografia se quiser ver...

Vice-Presidente da Câmara – Não é preciso mostrar-me as fotografias porque eu acredito piamente em si, naquilo que me está a dizer, portanto se me está a dizer que o espaço é estreito, e que não passa uma pessoa mais forte, a ideia não é não poderem passar as pessoas a pé ou em modos leves, a questão não é essa!



Porque essas pessoas claro que podem passar, o caminho é municipal e é público, portanto, a questão é unicamente o acesso às praias porque vai desembocar como sabe na estrada, posso lá mandar ver isso, na segunda-feira, para ver se o espaço que lá está, e porque me disseram que estava lá um espaço, se é suficiente para as pessoas passarem, ou não. Se não for claro que se trata, trato eu, trata o Vereador Bruno Russo, tratamos disso, porque somos nós que estamos a tratar dessa situação, e eu vou ver o qual é o espaço necessário para não haver a violação dos carros e poderem passar as pessoas.

Sobre a informação dos autocarros, a TML, disse-me que estava a funcionar e que estava a funcionar muito bem, foi o que me disseram, que iam melhorar, que já havia informação e isto é a Carris Metropolitana, que trata disto, que iam pôr a informação digital mais acessível para se perceber melhor, isto foi o que me disseram, e sendo uma competência deles, eu vou tentar saber se essa questão de porem lá a informação digital já está a avançar, se não, e reiterar, que a outra informação que é normal, disseram-me que estava, eu vou verificar isso, claro que sim.

C – PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 33/2026/AM – Proposta 03/2026/MAM – Relatório Final das Comissões de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência e de Ambiente, Higiene Urbana, Proteção Civil e Bem Estar Animal referente à Petição Pública “Pela Revisão Urgente dos Aumentos Abusivos e Pela Redução das Tarifas de Saneamento e Resíduos em Setúbal

Presidente da Mesa – Foi um trabalho exaustivo e que envolveu muitos deputados municipais, realizaram-se muitas reuniões, muitas pessoas foram ouvidas e muitas instituições também.

É apresentado hoje o relatório na pessoa da Maria João Palma, que foi a coordenadora da Comissão de Ambiente e agradecer a todos os deputados municipais que participaram e que deram muitas horas do seu tempo na elaboração deste relatório.

Muito obrigado.

Dava a palavra à senhora deputada Maria João Palma, na qualidade de coordenadora para apresentação do relatório e depois abre-se a discussão.

M.ª João Palma (PS) – Na qualidade de coordenadora da Comissão de Ambiente, Higiene Urbana, Proteção Civil e Bem Estar Animal e relatora dos trabalhos desenvolvidos em conjunto com a Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência, cumpre-me apresentar o Relatório Final relativo à Petição Pública “Pela Revisão Urgente dos Aumentos Abusivos e Pela Redução das Tarifas de Saneamento e Resíduos em Setúbal”.

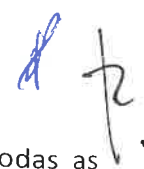
Antes de mais gostava de agradecer a todos os membros das duas comissões pelo empenho, disponibilidade e espírito de colaboração demonstrados ao longo de todo este processo.

Agradeço igualmente aos peticionários, às entidades ouvidas e a todas as instituições que aceitaram colaborar contribuindo para um debate sério, participado e tecnicamente fundamentado.

Desde o início procurámos conduzir este processo com rigor, isenção e respeito pelas competências de cada órgão e de cada entidade envolvida. O objetivo nunca foi substituir-nos ao executivo municipal, nem às entidades reguladoras, mas sim cumprir o papel fiscalizador e de acompanhamento que a Assembleia Municipal exerce em representação dos munícipes.

Ao longo da instrução da petição realizámos diversas audições, ouvindo os peticionários, a Câmara Municipal de Setúbal, os Serviços Municipalizados, a ERSAR, a AMARSUL, a SIMARSUL, bem como outras entidades representativas, entre as quais a DECO, a AHRESP e instituições particulares de solidariedade social.

Foram igualmente analisados pareceres, documentação técnica, financeira e regulatória que permitiram compreender melhor a evolução das tarifas, o enquadramento legal existente e os impactos económicos e sociais das decisões adotadas.



O Relatório que hoje apresentamos procura refletir esse trabalho, não pretende afirmar que todas as posições recolhidas são coincidentes, pelo contrário, evidencia que existem diferentes perspetivas sobre esta matéria. Ainda assim, foi possível identificar um conjunto significativo de recomendações que reforçam a transparência, a prestação de informação aos consumidores, a avaliação dos impactos sociais das tarifas, o acompanhamento da situação económico-financeira dos Serviços Municipalizados e a necessidade de continuar a defender junto do Governo soluções que permitam reduzir os custos estruturais dos serviços públicos de saneamento e gestão de resíduos.

Este Relatório representa, acima de tudo, um exercício de participação democrática, demonstra que uma Petição Pública pode dar origem a um trabalho sério, participado e útil para a comunidade, permitindo à Assembleia Municipal exercer plenamente as suas competências de escrutínio e acompanhamento.

E é por isso, com sentido de responsabilidade institucional que submetemos este parecer à vossa apreciação, convictos de que constitui um contributo positivo para uma gestão pública cada vez mais transparente, sustentável e orientada para o interesse dos munícipes.

André Dias (LIVRE) – Obrigado Sr. Presidente, senhores deputados.

Antes de mais, agradecer o grande trabalho feito ao longo deste Relatório, o LIVRE não vai acompanhar a votação a favor deste Relatório, não é por não por reconhecer, evidentemente, os méritos do documento e muito menos por não concordarmos com grande parte da Petição apresentada.

De novo agradecer o trabalho feito, mas consideramos que ainda não foi o suficiente, houve muitas entidades que ficaram por ouvir e pouco tempo para o devido escrutínio desta Assembleia, sendo que também o documento não responde de forma direta a muitos pontos da petição, incluindo, mas não só, a questão da auditoria independente.

Pode parecer um bocadinho que estamos a ser aqui aqueles “chatos” processuais, a querer tornar isto num livro do Kafka, mas a verdade é que acreditamos mesmo no trabalho da Assembleia Municipal, não só como lugar de escrutínio do executivo, mas também do próprio trabalho da Assembleia Municipal, isto agradecendo, obviamente, ao bastante trabalho desenvolvido, incluindo pela senhora deputada Maria João Palma, mas também pela minha camarada que hoje estou a substituir e a todos os que fizeram parte destas comissões. Obrigado.

Mário Aranha (PS) – Boa noite a todos e a todas, mais uma vez.

Das conclusões a que nós chegámos, de facto, o Governo Central tem aqui algumas responsabilidades, contudo, na nossa Assembleia Municipal não podemos mais fazer do que instar a Câmara Municipal a nível individual ou da Comunidade Intermunicipal a exigir que sejam feitas as correções necessárias e que constam no nosso documento.

Enquanto deputados municipais de Setúbal, teremos de nos debruçar sobre as competências da Câmara e dos Serviços Municipalizados.

Caras e caros setubalenses, caras e caros peticionários, por muitas cortinas de fumo e desculpas esfarrapadas, o incremento brutal das tarifas de resíduos e saneamento para os pequenos negócios chegou aos 189% e nas famílias subiu 37%, deve-se a uma opção política do executivo Dores Meira/PSD/CDS e com o apoio do CHEGA na vereação.

Foi uma opção política não acomodar dentro do cumprimento da Lei o problema do incremento do custo dos resíduos e saneamento. Foi também uma opção política a escolha da Administração dos Serviços Municipalizados que mantém a ineficiência e não um foco para baixar as tarifas através de investimentos corretos.

Como foi, também, uma opção exclusiva de Dores Meira e do CHEGA que as IPSS e os clubes sofressem enormes aumentos quando menos de 1% tinham tarifários preferenciais e isso mantém esquemas burocráticos e lentos em vez da atribuição automática que está prometida, mas que continuamos à espera.

Como é óbvio, é também uma ação política termos um departamento de comunicação camarário a publicitar inaugurações de um metro de calçada em vez de ter uma equipa dedicada à divulgação sobre a necessidade da reciclagem e da deposição de biorresíduos e dessa forma baixar a tarifa e proteger o ambiente.

Fala-se muito e muito se falou da Lei e que estes aumentos decorreram do cumprimento da Lei, não concordamos. Obviamente que a Lei permite outras opções que não esta. Essa Lei invocada refere que os tarifários devem proteger os consumidores, devem ser proporcionais a respeito de regras de acessibilidade económica. Foi tudo o que não foi feito com este tarifário.

Também muito foi referido que a ERSAR, como órgão regulador, foi invocado como desculpa como um dos fatores que levou a este brutal aumento.

Gostaria, então, de partilhar o documento que nos foi atribuído a nível de comissão e que consta no Relatório e que nos dá aqui uma opinião, factos bastante concretos, e que começa logo por referir relativamente ao cumprimento da Lei que a entidade gestora incumpriu o estabelecido no n.º 7. do artigo 21.º.

No ponto n.º 21, da alínea b), da página 9, mais um incumprimento em que refere *“Os Serviços Municipalizados de Setúbal mantém o cálculo da componente variável do serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos prestados aos utilizadores não domésticos por indexação ou consumo da água, o que constitui um incumprimento legal.”*

São vários os incumprimentos, são várias as situações expressas nas 10 páginas da ERSAR.

Relativamente a outro assunto que é aqui referido, a ERSAR diz que os nossos Serviços Municipalizados são ineficientes, deveriam gastar 0,97 cêntimos por metro cúbico e gastam 1,41€ e gastam 220€ por tonelada na recolha de resíduos, quando deveria gastar 178€.

Também de referir que em momentos de muita chuva, 30% do que nós pagamos é água da chuva por não haver uma separação entre águas residuais e saneamento.

A todos estes desafios e também vem aqui expresso no Relatório da ERSAR qual é que foi a resposta deste executivo, apenas 8% do valor dos investimentos são para o setor dos resíduos, para o *Pay-As-You-Throw*, biorresíduos, etc.

Caras e caros setubalenses, face a estas evidências, face às decisões tomadas, face às votações e propostas concretas tirem as vossas conclusões. O PS está com a consciência perfeitamente tranquila e também nesta matéria sempre tivemos do lado certo, do lado dos setubalenses.

Helena Murta (SET-V 25) – O Movimento Setúbal de Volta decidiu-se pela abstenção global relativamente ao relatório e suas recomendações, sendo que é fundamental clarificar que esta posição não é de desinteresse, mas sim de responsabilidade e rigor institucional perante os cidadãos de Setúbal.

Queremos sublinhar que os deputados deste Movimento estiveram sempre ao lado dos cidadãos, prova disso foi a nossa presença assídua e ativa em todas as reuniões, tive a ver e foram só 9 reuniões, 3 em maio, 4 em junho e 2 em julho, ao fim de um dia de trabalho todos nós tivemos presentes nestas reuniões das comissões.

Prova disso foi a nossa presença assídua e ativa em todas as reuniões das comissões conjuntas de Finanças e Ambiente e não nos limitamos a assistir, discutimos ponto a ponto, apresentámos dúvidas e fomos, em muitos momentos, o motor da revisão de algumas redações.

A nossa postura foi sempre a de contribuir para soluções exequíveis como, por exemplo, foi através do nosso Movimento que se integrou a recomendação para a redução dos valores excessivos e desproporcionais que a AMARSUL cobra aos municípios.

Votamos favoravelmente medidas cruciais para o futuro, como a futura implementação do sistema poluidor/pagador, a criação de programas de apoio ao investimento, entre outras.

Também é importante salientar que num documento tão vasto e complexo, que nos consumiu tantas horas a todos nós, o Movimento apenas votou contra duas das recomendações apresentadas no documento. Abstivemo-nos na globalidade por entendermos que o excesso de recomendações dirigidas aos Serviços Municipalizados pode revelar-se tecnicamente inexecutável face aos recursos humanos e técnicos disponíveis. Preferimos a verdade e o realismo à promessa fácil e porque consideramos que globalmente o Relatório não enfatiza a questão de fundo que são os valores cobrados pela AMARSUL, que é monopólio da EGF Mota Engil que gere cerca de 60% dos resíduos no território continental, isto é o problema que tem de ser resolvido.



Queremos aproveitar o momento para enaltecer a pronta resposta e presença de todos os intervenientes, nomeadamente o executivo e os funcionários dos Serviços Municipalizados que estiveram connosco até altas horas da noite.

O nosso compromisso é com Setúbal e com um sistema que seja justo para quem paga, mas sustentável para quem gere.

Simão Calixto (CDU) – Em primeiro lugar, também, manifestar agradecimento e reconhecimento pelo trabalho dos deputados que participaram nestas comissões, um esforço, muitas vezes, hercúleo nestes últimos meses de participação de várias reuniões, de várias audições e também depois na redação do relatório.

Ainda assim, não podemos deixar de sinalizar que falta uma questão que para nós é fundamental, que é esta que o Setúbal de Volta também já identificou, que é a resolução do problema da concessão à AMARSUL, nomeadamente, da nacionalização desta empresa que foi privatizada em 2015 por um Governo do PSD/CDS, que desde então tem colocado aos municípios, não só a este mas a todos os da Península de Setúbal e a muitos no país, um conjunto muito grande de empresas em que a EGF é a parte maioritária e tem colocado esta questão do aumento brutal das tarifas sem realizar depois nenhum investimento na resolução dos problemas e do ponto de vista da recolha dos resíduos e do seu tratamento de formas mais eficazes e mais modernas.

Para nós, esta questão é fundamental e também devemos fazer o esforço para que, de facto, esta Assembleia também assim o assinale, porque enquanto este sistema for suportado na tarifa e no caso o lucro da Moto Engil for suportado na tarifa de deposição de resíduos em aterro, nós não vamos ter, de facto, outra solução que não a de continuar a pagar e a pagar mais chegando até ao estado em que estamos agora, onde os aterros estão a chegar ao fim e não se vê o fim do seu período de vida útil e não se vê esforços feitos pela empresa nos últimos anos para acautelar outras soluções.

Também não podia deixar de fazer notar que nos últimos anos Setúbal tem sido uma parte ativa nesta luta, tem sido uma Câmara, um Município que tem animado também outros municípios para a resolução desses problemas. Animámos também um grupo de trabalho na Área Metropolitana de Lisboa nos últimos anos, em que se produziu 4 cenários possíveis de soluções para a recolha de resíduos, um trabalho que deve ser continuado e que também este executivo está a fazê-lo, agora seja também na CIM, seja noutros fóruns como a Associação Nacional de Municípios.

Depois há aqui uma questão que nos tem vindo a ser colocada nesta discussão e que não podíamos deixar de esclarecer, que a Câmara, este executivo já chegou a afirmar que se não fosse o aumento brutal de tarifas que impôs aos setubalenses, estávamos em risco de deixar de ter um sítio para entregar o lixo. Pois isso não é verdade, porque as concessões dos serviços públicos essenciais não têm essa possibilidade. Mesmo que a Câmara de Setúbal deixe de pagar, a AMARSUL é sempre obrigada a aceitar a recolha feita pelos camiões do Município.

Depois outra questão, outra falsidade que vem e que este relatório também não soube responder bem, é que a ERSAR não impõe nenhum tarifário a nenhum município, porque se assim fosse, todos os outros municípios da Península de Setúbal, todos os outros municípios do país estariam em incumprimento.

A ERSAR é uma entidade reguladora estatal e que não se sobrepõe à autonomia constitucional dos municípios e, de facto, aqui temos um ponto triste de que este Município desistiu de exercer a sua autonomia para aplicar cegamente um tarifário imposto por uma entidade qualquer em Lisboa que não tem em conta a realidade e o tecido social da nossa cidade e do nosso concelho.

Iremos acompanhar este Relatório, também pelo esforço que foi feito e pelo conjunto de recomendações que tem, mas não podíamos deixar de assinalar todas estas questões que para nós são fundamentais e que nos parece que não vêm aqui assinaladas e que mereciam, também, de qualquer das formas aqui este registo na Assembleia.



M.ª João Palma (PS) – Senhor Presidente, senhores, vereadores, Sra. Vice-Presidente, senhoras e senhores deputados municipais, há momentos em que uma Assembleia Municipal deve discutir números e há momentos em que tem que discutir pessoas, hoje discutimos ambos, porque por detrás de cada tarifa, de cada deliberação e de cada decisão política existem pessoas, existem famílias que fazem contas ao fim do mês, empresários que lutam diariamente para manter os seus negócios, instituições sociais que procuram continuar a servir quem mais precisa e trabalhadores que vivem com a preocupação permanente de saber se o salário chega até ao final do mês. Foi precisamente por isso que quase mil cidadãos subscreveram a petição pública.

O relatório hoje apresentado demonstra que este não foi um processo conduzido com base em preconceitos ou posições partidárias, foi um processo de escuta, de análise e de escrutínio. Mas há uma dimensão que nenhum relatório consegue traduzir totalmente, a dimensão humana.

Trago-vos aqui uma fatura fotocopiada de uma família composta por um casal e uma criança com síndrome de autismo. Esta fatura real dos Serviços Municipalizados de Setúbal (não interessa saber de quem é, interessa perceber o que representa) em que uma família que consumiu pouco mais de um quarto de metro cúbico de água por dia, recebeu uma fatura de 83,22€, é isto que as pessoas vêm quando abrem a caixa do correio, não vêm estudos financeiros, não vêm modelos tarifários, vêm mais uma conta para pagar e perguntam-se simplesmente como é que vão conseguir pagar isto. É aqui que a política faz a diferença.

É verdade que existem constrangimentos financeiros, é verdade que os custos do sistema em alta aumentaram significativamente, mas a decisão de repercutir estes mesmos aumentos desta forma sobre os consumidores foi uma decisão política e essa decisão teve responsáveis. Na reunião de Câmara o Movimento Setúbal de Volta e o CHEGA votaram favoravelmente o aumento destas tarifas, o Partido Socialista votou contra, a CDU votou contra, cada força política responde pelas decisões que toma e quem votou favoravelmente estes aumentos deve assumir perante os setubalenses a responsabilidade política pelas consequências de milhares de famílias, empresas e instituições que continuam hoje a suportar estes valores, porque governar não é apenas equilibrar contas, é equilibrar contas sem perder de vista as pessoas, essa sempre foi e continuará a ser a posição do Partido Socialista.

Cláudio Cruz (CH) – Senhor Presidente, Sra. Vice-Presidente senhores vereadores, público presente e quem nos acompanha em casa nas plataformas digitais.

Esta intervenção não é sobre o passado, é sobre o presente e o futuro. Discutimos hoje uma questão que afeta diretamente milhares de famílias, trabalhadores, reformados, comerciantes e empresários do concelho de Setúbal, o aumento das tarifas da água, do saneamento e dos resíduos.

Falamos de serviços públicos essenciais e aquilo que é essencial exige uma responsabilidade ainda maior de quem governa.

O primeiro dever de qualquer entidade pública é gerir bem os recursos que lhe são confiados pelos contribuintes.

Da documentação oficial disponibilizada a esta Assembleia resulta uma realidade que merece reflexão, as tarifas cobradas pela SIMARSIL, pela AMARSUL e SMS, têm vindo a aumentar de forma sucessiva ao mesmo tempo que as contas consolidadas do Município revelam um crescimento do passivo e da despesa corrente, incluindo com pessoal e com fornecimentos e serviços externos. Estes indicadores justificam uma análise rigorosa da evolução dos custos, não para colocar em causa os trabalhadores do município, cujo profissionalismo reconhecemos, mas para avaliar se a organização dos serviços e a gestão dos recursos públicos têm acompanhado esse crescimento com eficiência que os municípios legitimamente exigem.

Perante estes factos, não podemos aceitar que a resposta seja, uma vez mais, aumentar os encargos dos cidadãos.

Governar não é cobrar mais, governar é gerir melhor.

Quem trabalha, quem paga impostos e quem enfrenta um custo de vida cada vez mais elevado, tem o direito de exigir que antes de ser pedido mais um esforço, a administração demonstre que fez tudo para controlar a despesa, eliminar desperdícios e melhorar eficácia.

Esta intervenção, mais uma vez refiro, não é sobre o passado, é sobre o futuro.



Quando falamos em rever despesas, não falamos em reduzir direitos dos trabalhadores, nem diminuir a qualidade dos serviços públicos, falamos em rever contratos, racionalizar despesas de funcionamento, simplificar procedimentos, eliminar desperdícios e identificar oportunidades de poupança, é isso que qualquer família faz quando os custos aumentam. Primeiro, revê despesas, depois admite novos sacrifícios, é exatamente isso que os munícipes esperam da Administração Pública.

Defendemos, igualmente, uma auditoria independente de eficiência e de custos, não para questionar a legalidade das contas, mas para identificar margens de poupança, melhorar a gestão e garantir que cada euro cobrado aos munícipes corresponda ao custo estritamente necessário da prestação do serviço. Defendemos ainda que os investimentos elegíveis recorram sempre que possível ao financiamento nacional e aos fundos comunitários, reduzindo a pressão sobre as tarifas pagas pelas famílias, mas há uma exigência que não pode ser esquecida, a transparência.

Cada aumento tem de ter uma justificação, cada euro cobrado tem de ter uma explicação, os munícipes têm o direito de saber quanto custa cada serviço, quanto é pago às entidades gestoras e quais os fundamentos de cada atualização tarifária.

O CHEGA não faz oposição por oposição, reconhecemos a necessidade de investir nas redes de água, saneamento e resíduos, reconheçamos também a importância de garantir a sustentabilidade dos serviços, mas sustentabilidade financeira não pode significar um aumento permanente da fatura paga pelos cidadãos. A sustentabilidade não começa na fatura, começa na gestão, é por isso que apresentamos recomendações concretas para reforçar a eficiência, a transparência e a boa gestão dos recursos públicos, protegendo simultaneamente os serviços e os interesses dos munícipes.

Os munícipes sabem que a água tem um custo, o que não aceitam é pagar mais sem terem a certeza de que tudo foi feito para gastar melhor. Não pedem privilégios, pedem respeito, porque o dinheiro dos munícipes merece o mesmo respeito que o esforço com que é ganho.

Mais uma vez relembro, que não tem a ver com o passado, tem a ver com o futuro.

Luís Silva (IL) – Em 2023, a Iniciativa Liberal apresentou nesta Assembleia uma recomendação à Câmara Municipal que já alertava para este tema que se tornou tão premente este ano e que se tornou no tema principal em Setúbal.

Na altura, aparentemente éramos os únicos que estávamos atentos a isto, não vi reação de mais nenhuma força partidária.

Posto isto, é de salientar que enquanto hoje cresce a indignação dos setubalenses com o aumento das tarifas dos resíduos na fatura da água, a Iniciativa Liberal apresentou, como eu tinha referido, uma recomendação clara, uma taxa de resíduos justa e sustentável separada do consumo de água, baseada na produção real de resíduos, com mais incentivo à reciclagem e menos injustiça.

Dois anos depois ou três anos depois já, o problema se agravou e as famílias continuam a pagar cada vez mais, portanto, o problema tornou-se verdadeiramente deprimente e, de facto, está toda a gente alerta.

O trabalho das comissões ou o trabalho que está neste relatório que, obviamente, teve o contributo de todas as forças partidárias que participaram, incluindo o da Iniciativa Liberal e de todas as instituições que participaram e, portanto, tornou-se óbvio que havia um debate a fazer e que foi feito em 2026 e porque não foi feito antes? Apesar dos alertas que, pelo menos, da nossa parte fizemos.

É interessante que agora todos estão a participar e todos têm propostas e todos têm o sentido de urgência que isto releva, sejam partidos de esquerda com uma visão um pouco mais estatística, como é normal e expectável, sejam os de direita, inclusive aqueles que se chamam mesmo de direita, mas na realidade são mais socialistas que muitos socialistas, portanto, todos têm a sua opinião. E ainda bem que assim é.

Quanto ao Relatório, deixou-nos aqui algumas dúvidas se havíamos de votar a favor, se havíamos de nos abster, não houve a questão de votarmos contra, há algumas passagens do Relatório que são mais estatizantes, a que a um liberal, eventualmente, agrada menos, mas o relatório vai no sentido, como eu referi, de ser o resultado de um debate que já devia ter ocorrido e que alegremente continuaremos a participar.



Portanto, iremos acompanhar e no sentido de um ponto de partida, não como um ponto final, mas um ponto de partida do qual esperamos resultados e que sejam menos estatizantes do que eventualmente está a ser a decisão de votos no executivo camarário.

Bartolomeu Pereira (CH) – Vou começar por referir aqui o tema do marketing, tal como na última sessão, para agradecer ao PS a publicidade e também para reparar que assim que entrámos no tema das águas voltamos a ter um dos comandantes do Titanic na sala a dar-nos aulas sobre gestão. Foram estes dois comandantes do Titanic que desde 1986, quando tínhamos 5 milhões de euros de dívida, nos trouxeram até 2025, momento em que chegámos aos 98 milhões de dívida. Isto são números com origem nos relatórios do Tribunal de Contas e da Direção Geral de Autarquias Locais.

Dizer que o CHEGA, sim, é responsável pelos votos que faz, o CHEGA também é responsável, porque não é um partido de voto único, como outros acham que o CHEGA será, mas não é e nenhum mal vem ao CHEGA por isso, antes, pelo contrário, traz-nos alguma vitalidade e alguma força.

Também voltar a dizer aquilo que aqui foi dito na sessão do estado do Município, que as contas são para pagar, portanto, a dívida é grande, é colossal o passivo total reportado em 2025, haverá aqui uma margem de erro, mas teremos há volta num total passivo de 464 milhões de euros, o que não é simpático, nem dá vontade de rir, penso que a ninguém.

Falando não só em números, mas em pessoas, é preciso também perceber que o limite legal de pagamentos poderá ser de 30 ou 60 dias, mediante os acordos e a Câmara Municipal de Setúbal tem andado na ordem dos 85 a 155 dias nos pagamentos a fornecedores, portanto, quando falamos em fiscalizar e em suportar a economia, convém também que tenhamos um adulto na sala e esse adulto neste tema foi o CHEGA.

Óscar Santos (PS) – Muito obrigado Sr. Presidente, permita-me que cumprimente todos os presentes e os que nos ouvem em casa.

Quero com esta minha intervenção dizer o seguinte, findo os trabalhos da comissão há uma pergunta que importa fazer, faz sentido que o valor da tarifa de resíduos continue a depender essencialmente da água que cada munícipe consome em vez da quantidade de lixo que, efetivamente, produz?

A resposta parece-me ser evidente, não faz, não faz sentido nenhum e o atual modelo é injusto, desatualizado e permitam-me que concorde com a expressão usada pelos peticionários “manifestamente abusivo”.

Quem poupa água não é necessariamente quem produz menos resíduos, quem recicla corretamente não vê esse esforço refletido na fatura e quem produz grandes quantidades de resíduos indiferenciados pode acabar por pagar praticamente o mesmo que o cidadão ou uma família que adote um comportamento ambientalmente responsável.

Senão vejamos, e dei-me ao trabalho de pesar o lixo indiferenciado que produzimos lá em casa. Lá em casa produzimos cerca de 180 quilos de resíduos indiferenciados por ano, ora aplicada a tarifa da AMARSUL, mais os custos da operação, deveríamos pagar 23€ por ano, com o sistema atual com base no consumo de água pagamos 84€, ou seja, 3 vezes e meia mais do que aquilo que deveria estar a pagar.

Não é um sistema que recompense as boas práticas, não é um sistema que incentive à mudança de comportamentos, é simplesmente um sistema cómodo para os SMS e para a Câmara Municipal.

É precisamente para responder a este problema que existe o modelo PAYT, *Pay-As-You-Throw*, cujo princípio é tão simples quanto justo, quem produz mais resíduos indiferenciados paga mais, quem reduz, reutiliza e recicla paga menos.

Não se trata de uma ideia futurista, senhores deputados, nem de uma experiência académica, é uma solução já aplicada em muitos municípios europeus e em vários municípios portugueses com resultados claros na redução da produção de resíduos e não aumenta as taxas de reciclagem.

A pergunta, por isso, não é se o modelo funciona, a pergunta é por que razão Setúbal continua a adiar uma discussão séria sobre esta matéria?

E permitam-me deixar aqui uma achega ao senhor deputado da Iniciativa Liberal, é normal que se ache o pioneiro na sugestão de investimentos na recolha de resíduos e na sugestão de um paradigma no tarifário, é um partido recente e certamente não esteve atento às intervenções que os deputados da bancada do PS têm feito ao longo de vários mandatos nesta casa.

Tenho ouvido os senhores vereadores e os deputados municipais do Movimento Setúbal de Volta a desdobrarem-se em justificações sobre a inevitabilidade do tarifário adotado e que a solução é combater a AMARSUL, mas, raramente os ouço falar na adoção de um sistema tipo PAYT na cidade de Setúbal.

Senhores deputados, até parece que estivemos em audições diferentes, senão vejamos, a AHRESP que nos trouxe uma auscultação aos seus associados no concelho de Setúbal diz-nos o seguinte e passo a citar *“A indexação ao consumo de água pode ser aceitável no âmbito do abastecimento e saneamento, mas é manifestamente desajustada no caso da gestão de resíduos urbanos, não refletindo a realidade da produção de resíduos por parte de cada empresa.”*. Senhores deputados, isto não merece uma reflexão vossa? Ouvimos, também, a DECO, reputada à Associação com anos de trabalho na defesa do Consumidor e que refere no seu parecer, *“Em Portugal predomina um modelo de cobrança de gestão de resíduos sólidos urbanos que associa os resíduos produzidos ao consumo de água, gerando iniquidades entre os cidadãos. Há muito que a DECO reivindica um sistema em que a tarifa de resíduos incentive o incremento dos resíduos recolhidos seletivamente, devendo para tal deixar de ser indexada ao consumo de água e ser aplicada sobre quantidades de resíduos indiferenciados.”*. Senhores deputados sobre esta afirmação da DECO, nada a dizer? Por fim, ouvimos também a ERSAR e o que recomenda no famoso parecer de fevereiro de 2026, e passo a citar, *“Recomenda-se que a entidade gestora implemente para os utilizadores domésticos um sistema de faturação e cobrança em função da produção e separação dos resíduos PAYT, RAYT, SAYT ou equivalente.”*. Diz, ainda, a ERSAR mais adiante no seu parecer, *“Os Serviços Municipalizados de Setúbal mantêm o cálculo da componente variável do serviço de gestão de resíduos urbanos prestado aos utilizadores não domésticos por indexação ao consumo de água, o que constitui um incumprimento legal.”*. Atenção vou repetir *“incumprimento legal”*.

Ora perante esta recomendação da ERSAR, o executivo que é tão diligente no cumprimento da Lei e que invoca o parecer da ERSAR para justificar tudo e mais um par de botas, esqueceu-se desta parte?

Senhores deputados, aquilo que pode, efetivamente, fazer baixar a fatura ambiental que os setubalenses hoje pagam é a mudança de paradigma, é cobrar os resíduos indiferenciados que os setubalenses produzem e não uma ficção baseada no consumo de água.

Bartolomeu Pereira (CH) – Usar os últimos segundos que me faltam para acrescentar, é que há pouco na minha locução esqueci de lançar aqui o repto a todos os deputados e à Comissão de Finanças para que se faça uma auditoria às contas, porque a dívida e a questão das águas não começou há 8 meses, começou há bastante tempo.

Vice-Presidente da Câmara – Senhores deputados municipais, permitam-me que aborde este tema de forma clara e sem rodeios, há um problema grande ao nível de toda a região da Península de Setúbal, um problema que excede os limites do nosso concelho.

Esse problema é o grande elefante na sala chamado AMARSUL. Enquanto não se resolver o problema dos incomportáveis valores cobrados pela AMARSUL pelo tratamento de resíduos, enquanto não resolvermos o problema sistémico, enquanto não estivermos juntos neste combate, dificilmente conseguiremos ter esta questão resolvida. Quem diz que há outra saída, não sabe ou finge não saber. Temos um problema com as tarifas excessivas da AMARSUL, temos um problema e temos de o resolver.

O Município de Setúbal tem estado alinhado com a Comunidade Intermunicipal sobre este assunto, estamos a lutar ao lado dos outros municípios e quero aqui dizer que vamos ainda mais longe, iremos ativar os meios legais ao nosso dispor contra a AMARSUL, chegou a altura de resolver isto e esperamos o apoio desta Assembleia.



A Câmara Municipal de Setúbal vai ativar os meios legais, porque estamos sujeitos a tarifas excessivas e vamos fazê-lo porquê? Como revela o sucedido na região de Aveiro, é possível ganhar esta causa, passo a contar resumidamente. Os municípios da região de Aveiro acusaram a ERSUC (empresa concessionária) de cobrar valores excessivos pelo tratamento dos resíduos urbanos indiferenciados, o mesmo que sucede na nossa região.

Criticavam o facto da empresa registar uma fraca qualidade de serviço e falta de investimento na reciclagem, ao mesmo tempo, privilegiava a distribuição dos dividendos aos acionistas privados, o mesmo que sucede na nossa região.

A ERSAR interveio para auditar os valores reais a cobrar e determinou uma redução drástica na tarifa de tratamento aplicada pela ERSUC. Para o ano de 2026, o valor baixou de 75.30€ para 50.25€ por tonelada. Esta decisão permitiu que os municípios, como, por exemplo, a Câmara Municipal de Aveiro, reduzisse a tarifa de resíduos cobrada aos cidadãos em cerca de 32%. Mas houve mais, insatisfeitas com o histórico da gestão as Comunidades Intermunicipais de Aveiro, Coimbra e Leiria avançaram em maio de 2026 com uma ação judicial conjunta para contestar o próprio contrato de concessão à EGF (Empresa Geral de Fomento). Como é sabido, a ERSUC e a AMARSUL fazem ambas parte da mesma empresa EGF. Este exemplo mostra que é possível, chegou a hora de fazer o caminho, e espero que todos, mesmo todos, estejam connosco nesta luta, este será o momento para estarmos unidos, juntos e conto com o vosso apoio neste passo, mas antes de atuarmos temos de esclarecer e é importante esclarecer esta Assembleia de uma vez por todas.

A 15 de outubro do ano passado, o anterior executivo da CDU falhou o prazo para entrega do tarifário para 2026 à ERSAR. As razões? Deixo à consideração desta Assembleia.

O novo executivo, depois de tomar posse, teve de fazer o que o anterior escolheu não assumir. A situação era clara, um défice operacional de cerca de 5 milhões e meio de euros nas contas dos Serviços Municipalizados, 20 milhões de euros por pagar de faturas de 3 anos e respetivos juros nas contas da Câmara, implementações legais tinham ficado por fazer, esta é uma situação que merece cuidado, é uma situação que não deve ser vista de ânimo leve.

A Lei é clara, o tarifário tem de cobrir os custos do serviço, o parecer jurídico foi claro, o tarifário tem de cobrir os custos do serviço e isso obriga a coragem política, não nos escondemos. Não escondemos faturas debaixo do tapete, não fingimos que estava tudo bem, porque não estava. É verdade que o tarifário foi submetido à Câmara antes de chegar a resposta da ERSAR, é verdade, mas isso porque o anterior Conselho de Administração não enviou o tarifário quando deveria e a nova Administração teve menos de 2 meses para preparar a proposta de tarifário e enviá-la.

Foi esta a razão e foi justificado à ERSAR, mas a substância é clara, a ERSAR já se pronunciou que o tarifário cumpre as normas e os pressupostos legais, disse-o em resposta a esta Assembleia. A ERSAR em resposta às questões colocadas pela Assembleia Municipal, no âmbito da audição, respondeu e cito *"A proposta tarifária para o ano 2026, submetida a parecer da ERSAR pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, respeita os princípios da recuperação dos custos dos serviços, da acessibilidade económica e de transparência."*, fim de citação.

E também é verdade que a ERSAR se pronunciou sobre questões que poderiam estar melhor no tarifário, é verdade. E é verdade que os Serviços Municipalizados responderam à ERSAR a todos os pontos, justificando e esclarecendo um por um, como dita a Lei e não tiveram contestação da ERSAR. A própria ERSAR disse, no parecer que escreveu, *"Há pontos que podem ser revistos ou se não forem, devem ser justificados."* E foi isso que os Serviços Municipalizados fizeram, ponto por ponto.

Isto tem de ser claro e tem de ser esclarecido para que o nevoeiro do aproveitamento político não distorça a verdade, deixem-me ir mais longe, há um ponto nas recomendações da ERSAR que nos merece atenção.

Por que razão Setúbal não implementou um sistema PAYT para os clientes não domésticos? Por que razão?

A Lei prevê que já estivesse em vigor desde janeiro de 2025, ora sem um sistema montado era impossível a este executivo fazê-lo num mês, era impossível.



Montar esse sistema demora tempo, requer grandes investimentos e deveria ter começado a partir de 2022, quando os Serviços Municipalizados iniciaram as funções, e por que razão não foi feito? Essa é a questão para a qual a CDU deve dar resposta. O que sabemos é que era materialmente impossível fazê-lo neste momento, mas quem colocou o Município nesta situação deve explicar por que razão o fez.

E fica a questão, porque nada foi feito para alterar estas questões no mandato passado? Queremos todos saber a resposta.

Por fim, uma palavra pelo trabalho das comissões, o Município tem feito o que está ao seu alcance e acreditem que continuará a fazer e acolherá as sugestões desta Assembleia, mas que fique claro que o Município cumprirá sempre a Lei e quem provocou a situação herdada, a CDU, tem de responder por ela.

A AMARSUL é o grande problema e tem de ser resolvido, Setúbal precisa de todos no combate às tarifas injustas da AMARSUL, esta tem de ser a nossa prioridade.

Simão Calixto (CDU) – Já que foram aqui feitos um conjunto de desafios à CDU, não posso deixar de dizer que até ao final de outubro e no dossier de passagem que a Sra. Vice-Presidente deve ter acesso, a dívida à AMARSUL eram 17 milhões e não 20. Pode parecer um preciosismo, mas 3 milhões e de 3 em 3 milhões a gente vai somando, somando e depois a verdade fica esquecida lá atrás.

Claro quem sim Sra. Vice-Presidente, são os juros e é tudo isso. Dezassete milhões era o valor da dívida à AMARSUL em outubro.

Em relação às restantes questões, não é verdade que a CDU não tenha tentado resolver este problema, como aliás, se os senhores quiserem ver, visitar as posições tomadas pela CDU, até com a Presidente Maria das Dores, como eleita da CDU, foram desenvolvidas várias diligências, até pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, e tudo mais, no sentido de travar estes brutais aumentos das tarifas que vêm a ser operados desde 2015, aquando da privatização da AMARSUL, feita por um Governo PSD/CDS, partidos que apoiaram esta candidatura à Câmara Municipal e que agora a gere.

Também foi no último mandato da CDU, que foram feitos investimentos de vários milhões na recolha de resíduos não domésticos, nomeadamente na compra de camiões, no reforço do número de trabalhadores e na melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores afetos à recolha.

Dizer, também, que foram feitos no último mandato um conjunto de estudos, nomeadamente o desenvolvimento do PAPERSU, e que estavam em desenvolvimento um conjunto de estudos para perceber qual é que era o sistema de faturação, seja o PAYT, seja outro, porque há várias formas de poder cobrar os resíduos desindexados ao consumo da água e também estavam a ser desenvolvidos um conjunto de estudos para entender qual é que era o investimento que seria melhor para o nosso concelho. Como também disse a Sra. Vice-Presidente, a implementação destes sistemas tem custos e não é garantido que a implementação de um sistema PAYT seja mais justa do que o que existe atualmente, nem que tenha menos custos do que o que existe atualmente.

Os senhores do PS estão aqui a falar atrás de mim, depois se quiserem, podem pedir a intervenção, mas digam-me quantos municípios no país é que têm sistemas PAYT aplicados a centenas de milhares de habitantes? É porque experiências como Guimarães, por exemplo, são restritas ao Centro Histórico, a dois ou três milhares de pessoas.

É certo que há um caminho a desenvolver, nós na CDU sempre defendemos que as tarifas que devem ser cobradas aos munícipes é para uma cobrança tendencial dos custos do sistema, porque entendemos que desde a privatização os custos são, de facto, abusivos e que servem para pagar os lucros da Mota-Engil, dona da AMARSUL.

Nós sempre entendemos e como entendem um conjunto muito alargado de outros municípios por este país fora, que se diga de várias forças políticas, subsidiar uma parte dos custos com a recolha de resíduos. Portanto, o que está lá atrás, está lá atrás, a CDU assume os erros que cometeu, mas também agora temos a oportunidade de fazer as coisas bem e este tarifário não foi bem aplicado aos setubalenses e já agora que se diga que foi aprovado com os votos do Setúbal de Volta e do CHEGA, que parece que se esquecem que estão aqui.



Vice-Presidente da Câmara – Se eu tivesse dito o valor de dezassete milhões e não sei o quê e tivesse omitido os juros eu não estava a dar uma informação correta a esta Assembleia, falei nos 20 milhões, que é o valor da dívida a que acresce, obviamente, os juros.

O senhor deputado acabou de assumir que há erros e todos erramos, errar é humano. A questão é terem feito disto um folclore político e, para além disso, não pagaram, mas também não investiram o dinheiro que não pagaram, porque se não tivessem pago, mas tivessem investido, agora não pagaram, não investiram, não cumpriram a Lei, não disseram qual era o tarifário e eram vocês que estavam cá e que o tinham de fazer para 2026. Deixaram-nos com 2 meses para que nós fizéssemos o trabalho que era impossível fazer, aliás, isso já está bem claro no documento que vos li. Obrigada.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões, dois Deputados Municipais, um do CH e um da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 23 votos a favor, 12 do PS, 6 do CH, 4 da CDU e 1 da IL, e 11 abstenções, 10 do SET-V 25 e 1 do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata.

2. Deliberação n.º 34/2026/AM – Delib. CM n.º 294/2026 – Apoio extraordinário à economia local

Cláudia Vicente (CH) – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata.

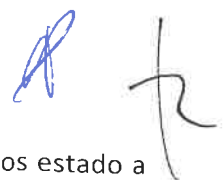
Manuel Fernandes (PS) – Apoio extraordinário à economia local, este apoio extraordinário vem acompanhado de uma série de considerandos, não são muitos, são alguns consideramos que acompanham a proposta e é verdade que o Partido Socialista acompanha a deliberação desta proposta, irá votar favoravelmente a proposta.

Há aqui um mar de afastamento, já que estamos a falar de água, entre o Partido Socialista e os considerandos que são apresentados a acompanhar a proposta. Se não vejamos, os considerandos apresentados pela proposta mencionam a conjuntura económica, fator externo, os considerandos mencionam as tarifas aplicadas ao Município pela AMARSUL, fator externo. Depois apresentam então um apoio extraordinário à economia relatando que essa tarifa aplicada ao Município foi tida através de uma decisão técnica e não política, sendo que foi num órgão político, no dia 23 de janeiro deste ano, que se tomou uma deliberação política assente apenas em pressupostos técnicos, partindo do pressuposto que esses pressupostos técnicos não iam ter consequências nem sociais e nem económicas. Puro e simplesmente fizeram um *by pass* da tarifa aplicada ao Município diretamente aos municípios e isto foi uma decisão técnica de um órgão político.

Tenho uma novidade para dar ao executivo, é que V. Exas. foram eleitos para governar e para tomar decisões políticas, não técnicas, porque as decisões técnicas são tidas apenas única e exclusivamente para dar resposta a uma situação em concreto, uma decisão política tem que, em primeiro lugar, pugnar pelos equilíbrios sociais, gerir os equilíbrios sociais e V. Exas. não tiveram esse cuidado.

Ao não terem esse cuidado, aquilo que depois veio a acontecer foi a criação, por exemplo, do Movimento Resgatar Setúbal, que já aqui teve a palavra em anteriores assembleias e hoje mesmo, foi constituído esse Movimento e foram marcados 2 protestos, um no dia 6 de maio e outro no dia 9 de maio, precisamente contestando aquilo que foi a decisão política do dia 23 de janeiro.

O dia 13 de junho, foi um dia de grande contestação na Praça do Bocage e devo dizer que ninguém nesta manifestação estava a contestar contra o custo de vida, contra a tarifa aplicada pela AMARSUL ao Município, não! Estavam a contestar a vossa decisão política do dia 23 de janeiro, foi essa a razão pela qual se criou um Movimento, se fizeram protestos, se apresentam uma grande contestação na Praça do Bocage. Esta foi a razão.



Ora nos considerando esqueceram-se da situação que despoletou todo este ruído que nós temos estado a ouvir desde o início do ano, é que foi a decisão política que criou este descontentamento, estes protestos e aquela grande manifestação.

O que é que surge entretanto? O que surge agora é um apoio ao arrepio daquilo que foi uma decisão tomada que à data não havia solução se não apenas e passo a citar “*Apenas aplicar a Lei*” e para apenas se aplicar a Lei na altura não houve apoio extraordinário nenhum, apenas a meio do ano, e já no dia 8 de julho quando foi tomada outra decisão política, porque foi o mesmo órgão político que tomou a decisão, foi ao arrepio de todos os acontecimentos ao longo do primeiro semestre desde aquela tomada de decisão da aplicação do novo tarifário dos SMS, aí sim já aparecem com um apoio extraordinário.

O apoio extraordinário não visa dar resposta ao aumento do custo de vida, não visa dar resposta àquilo que foi a aplicação da tarifa da AMARSUL ao Município. Não! Visa, pura e simplesmente atualizar um tarifário para suprir responsabilidades financeiras que o Município tem, nomeadamente e obviamente, com a AMARSUL, mas que custa aos cidadãos. Não houve uma decisão política tomada que tivesse em conta os benefícios sociais da população. Não! Houve um passar de responsabilidades para o outro lado, para os cidadãos.

Este apoio extraordinário vem na sequência de um erro político crasso, denunciado na altura logo no próprio dia 23 de janeiro pelo Partido Socialista em reunião de Câmara, e nessa altura, a acompanhar, por exemplo, o tarifário podiam ter tido esse cuidado e vinha logo a proposta do apoio extraordinário à economia local, mas não. Na altura a única preocupação era resolver um problema financeiro, não era pensar nos municípios que iam sofrer com a vossa decisão política, foi apenas aplicar um tarifário para resolver problemas financeiros, ponto. Mas não estiveram sozinhos, estiveram também com o adulto na sala que já hoje aqui passaram grandes raspanetes de adulto aos seus vereadores.

Os vereadores do Partido CHEGA que vos acompanharam no dia 23 de janeiro, acabaram de levar dos maiores raspanetes políticos da sua própria bancada que eu já alguma vez ouvi aqui nesta Assembleia e depois dizem-se os adultos da sala.

Não sei se os vereadores do CHEGA estavam presentes na altura, mas foi para eles e acho que foi muito bem dado, vem é atrasado e agora vão ao arrepio, também, tal como o executivo, votar ao lado do executivo e do Movimento Setúbal de Volta para destruir aquilo que tinham construído que foi um tarifário injusto, ingrato e que não serve nem as populações e nem o Município.

Devo dizer que vou estar muito atento à votação da Iniciativa Liberal, porque como Partido anti estatizante, eu estarei atento que de repente não lhe vá dar ali um lapso de memória e se esquecer que é liberal e que agora passa a apoiar os agentes económicos da região, vá se lá agora saber por que razão. Se é estatizante não assola de repente um vácuo de populismo ao Partido da Iniciativa Liberal que de repente se vai colar aos partidos de esquerda para poder apoiar a economia local através, diga-se lá, de um subsídio estatizante.

Simão Calixto (CDU) – Em relação a esta proposta que, naturalmente, acompanharemos, creio que se trata de um reconhecimento, até por parte do executivo, da injustiça que criou quando aprovou este tarifário que penaliza sobretudo os consumos não domésticos, mas que penalizou todos os setubalenses.

Para além desse reconhecimento da injustiça e das desigualdades que criou, também é uma desigualdade que vai criar em cima de outras, porque um empresário que consuma 26 metros cúbicos não terá acesso ao apoio.

Isto também aprova outra questão, é a questão que, de facto, havia margem para cobrar menos da tarifa dos resíduos aos municípios e havia margem para outras decisões que não estas que o Setúbal de Volta e o CHEGA tomaram na Câmara.

André Dias (LIVRE) – Parece-me que a questão aqui é simples, Setúbal tem um problema de resíduos e nós estamos a deitar trabalho para o lixo.

Estamos a aprovar aqui um apoio extraordinário aos comerciantes e às empresas de Setúbal por esta escalada nas faturas dos resíduos, é evidente que precisam dele, mas é esse o problema, não devia ser suposto um apoio extraordinário e vamos estar sempre a dar apoios extraordinários e vamos continuar a dar



enquanto não mudarmos o resto, porque estamos a trabalhar na revisão das faturas, na redução das tarifas sem resolver os problemas estruturais que temos. Honestamente é deitar trabalho para o lixo e estas reuniões também. Sou mesmo muito sincero nisto.

Ouvimos o executivo, o problema é só a AMARSUL, a sério? Não podemos fazer mais nada em relação a isto? Podemos! Eu não sou historiador, há outras pessoas do meu partido que o são, mas há uma coisa que eu sei, o conceito de lixo não nasceu em 2022, portanto, nós temos mais soluções que podemos fazer para isto, nós temos que repensar todo o sistema de gestão de Biorresíduos em Setúbal e isso parece-me evidente, não apenas com os sistemas *Pay-As-You-Throw*, muito falado pelo PS que responsabilizam, como é evidente, de forma mais direta quem mais gasta, mas também temos que pensar em novas soluções, porque enquanto nós continuarmos sem distinguir o que paga um lojista de uma mercearia, de um restaurante ou de um técnico oficial de contas é trabalho que nós vamos continuar a deitar para o lixo sempre.

Nós temos de usar os exemplos de porta-a-porta, que já temos em Setúbal, melhorá-los, adaptá-los a estas novas soluções e uma coisa que ainda ninguém aqui falou, adaptar freguesia a freguesia, porque acho que não preciso de explicar que um sistema de recolha de resíduos porta-a-porta em Azeitão é completamente diferente de um sistema de recolha de resíduos em São Sebastião.

O *Pay-As-You-Throw* soa bem, é inglês, é bonito, mas nós somos um partido Ecologista e também somos a favor de um sistema mais português, não deita fora não paga, que é o sistema bem mais simples em que se sensibilizamos a população e sobretudo, as empresas, porque estes valores de resíduos também não surgem do nada, temos de ser sinceros. E os nossos aterros estão cheios a nível distrital, a nível nacional, nós precisamos é de consumir menos e de preferência para ontem.

Uma coisa que eu acho que, também, é importante, e que temos de reconhecer é que este não é um problema que Setúbal, obviamente, vai conseguir resolver sozinho. Temos uma Comunidade Intermunicipal, temos de criar um sistema público intermunicipal, seja na água, seja no saneamento ou nos resíduos e temos que olhar para a Europa.

Finalmente, passados estes anos todos, Setúbal tem de começar a olhar para a Europa, porque há excelentes exemplos de gestão de resíduos em várias cidades europeias, muitas delas com perfis muito parecidos a Setúbal, é estudá-los, testá-los e ver o que melhor se encaixa. Não é necessariamente o *Pay-As-You-Throw*, podem ser outros.

Por fim, até porque nós não estamos na Câmara Municipal, mas aproveitar para o dizer aqui que, se calhar, já está na hora de começarmos a parar de centrar esta discussão em quem não fez o quê, em debater quem é que devia ter feito a cessão da posição da AMARSUL e estas batalhas de tribunal em que estamos todos aqui muito exaltados, ações contra a AMARSUL para mostrar que estamos muito revoltados para disfarçar aquilo que um executivo de Maria das Dores Meira faz e fez, honestamente, ao longo de muitos anos.

Se corre mal, a culpa é do Governo Central ou de outras entidades para disfarçar os tiros no pé constantes que estamos a dar há anos em Setúbal.

Sim, é possível fazer mais, é possível fazer mais hoje, em 2022, 2015 e vejam lá que até nos anos 80 já se aplicavam ideias de gestão de resíduos ecologistas em executivos ecologistas, em executivos ecologistas verdes ao longo da Europa e que nós estamos agora a descobrir como se estivéssemos acabados de descobrir um novo ecoponto.

Acho que enquanto os partidos passam culpas, os setubalenses pagam faturas e os setubalenses não o conseguem fazer por muito mais tempo, se calhar está na hora de trabalharmos nisso.

Vanda Pombo (SET-V 25) – Boa noite Sr. Presidente, boa noite a todos os vereadores e a todos aqui presentes.

A proposta de apoio extraordinário em apreço, demonstra que o executivo ouviu e pretende corrigir um impacto negativo do aumento tarifário dos resíduos no segmento dos não domésticos, dando resposta direta às dificuldades comunicadas por comerciantes e prestadores de serviços.



A presente proposta assenta na concessão de um apoio extraordinário aos encargos suportados com o valor dos resíduos, mediante a criação do 1º escalão de consumo de água e a este indexado para os clientes não domésticos e destina-se às entidades económicas locais com consumos mensais até 25 metros cúbicos de água.

Estamos perante uma medida concreta com efeitos retroativos e dirigida a quem mais precisa, pequenos comerciantes, oficinas, cabeleireiros, cafés, restaurantes de menor dimensão e outras atividades locais cujo consumo de água não exceda os 25 metros cúbicos mensais.

É uma medida responsável e justa que protege os negócios locais com consumos moderados e evita subsidiar indiscriminadamente os grandes consumidores. Esta medida não altera formalmente o tarifário, constitui um apoio municipal extraordinário, temporário e dirigido.

O apoio, apesar de ainda não estar definido o seu valor, é na componente “resíduos sólidos urbanos” e corresponderá à diferença entre o valor tarifário dos resíduos praticados em 2025 e o aplicado a partir de março de 2026, incidindo sobre o período de março a dezembro de 2026 e tem efeitos retroativos a abril de 2026.

Para o acesso a este apoio, o Município exige às entidades prova da situação regularizada perante a Autoridade Tributária, Segurança Social, Município e Serviços Municipalizados.

O Movimento Setúbal de Volta saúde e vota favoravelmente, porque esta proposta combina justiça económica, responsabilidade financeira e proteção do Comércio Local, não elimina o problema estrutural dos custos dos resíduos, mas constitui uma resposta imediata, concreta e proporcional.

Luís Silva (IL) – De facto, foi referido aqui que a decisão que tinha sido tomada, tinha sido uma decisão política, mais do que técnica, é essa a natureza de quem tem um executivo e de quem governa uma Câmara Municipal, seja esta, seja outra, até nas juntas de freguesia ou até no Governo da Nação, mas certamente, convém ter alguma ponderação sobre as consequências.

Aquilo que nós fazemos tem, normalmente, consequências que se veem e outras que não se veem imediatamente, como dizia Bastiat.

Eventualmente, o executivo está agora e estamos nós aqui também na Assembleia Municipal a debater um ponto que é, simplesmente, uma boa prática de gestão da situação pública, que é, assim que se tornam conhecidas as consequências nefastas na ação, tentar corrigi-las, minorá-las e no caminho, tal como já debatemos longamente esta noite, trabalhar todos em conjunto, como creio que foi o caso do relatório, para melhores soluções.

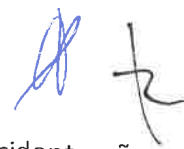
Assim sendo, nós iremos acompanhar esta votação e aproveitamos, também, para agradecer o foco que mereceu a Iniciativa Liberal por parte de dois deputados da bancada socialista, que me fazem sempre lembrar aqueles grupos de ateus que se entretêm a debater como é que os crentes devem praticar a sua religião.

Terei todo o gosto em debater com os senhores deputados qualquer área do liberalismo, referi há pouco Bastiat, e terei todo o gosto em debater convosco um deputado da Assembleia Nacional Francesa do século 18, que também ele teve bastantes conversas muito humoristas e que vale a pena conhecer, se os senhores deputados, obviamente, talvez não conheçam, mas para vosso conhecimento se possam informar e terei todo o gosto em falar convosco sobre isso.

Também agradecer o tom condescendente da vossa verve, o que dada a minha proveta idade, neste momento, já é mais um reconhecimento da mesma e por isso agradeço o tom em que ele foi feito.

Vice-Presidente da Câmara – Eu não era para dizer mais nada, mas não posso deixar de dizer, porque houve aqui duas coisas muito interessantes que eu ouvi do Partido Socialista.

A primeira, não corresponde à verdade, porque eu trabalhei cerca de 15 anos ou mais com o Partido Socialista, portanto, não é verdade que o Partido Socialista quando toma decisões, obviamente que são políticas nesta Câmara Municipal ou nesta Assembleia, não tivesse um respaldo técnico e jurídico.



Eu estava no Gabinete Jurídico, eu dava apoio jurídico, não havia decisões, a vereação e o Presidente não tomavam decisões nenhuma sem o respaldo técnico e jurídico, foi o que nós fizemos, pedimos pareceres técnicos e jurídicos e depois tomamos uma decisão.

Mas, também, temos a humildade, e disse-o aqui há bocado, aliás nós em janeiro quando aprovamos dissemos logo que íamos ter que ter aqui atenção a algumas situações, porque tínhamos previsto que esta pressa com que fizemos as coisas que poderia ser melhorada e isso fizemos. Fizemos o caminho, temos a humildade de ter feito o caminho, e por acaso houve aqui outra surpresa, é que eu pensei que o senhor deputado do PS fosse dizer que, *“Ah, os louros são meus, eu pressionei tanto que esta gente não sabe o que é que anda a fazer, fizeram uma proposta para o apoio extraordinário à economia local.”*, surpreendeu-me, porque pensei que ia puxar os louros, mas não, resolveu só bater no ceguinho e fazer política como se costuma chamar, porque estou aqui em Setúbal de arrastão, portanto, é política de arrastão.

Mais, houve outra coisa muito importante que eu ouvi aqui, finalmente eu consegui perceber este Movimento de Resgatar Setúbal, porque o senhor deputado acabou de se associar ao Movimento Resgatar Setúbal, pasme-se. Conseguiu-me surpreender, mas foi importante estas intervenções hoje, foram sobejamente importantes. Fiquei a perceber e é assim, não tenho carreira política, tenho carreira de advogada, mas estou a aprender muito e da pior maneira, com os piores exemplos.

Eu, há pouco fiz aqui um apelo para estarmos todos juntos nesta solução, não é isso, continuem a dizer e a fazer política, depois o senhor deputado do LIVRE também, se calhar, não estava cá quando dissemos variadíssimas vezes e temos vindo sempre a repetir que a primeira coisa que fizemos foi falar com a Ministra do Ambiente e dizer que isto não podia ser e ela percebeu que não podia ser. A seguir associamo-nos na Área Metropolitana de Lisboa aos outros municípios todos e também na CIM, temos andado sempre a fazer trabalho e também estamos a fazer um trabalho técnico da implementação, tal como foi aqui dito, de sistemas alternativos.

O PS defende tanto o sistema PAYT, há bocado deram um exemplo pessoal e eu vou-lhes dar aqui para terminar, o meu exemplo pessoal, eu herdei uma casa no Alentejo, em Moura, que era dos meus avós, onde temos esse sistema do PAYT. Eu, infelizmente, não tenho tempo, sempre tive muito trabalho e vou lá para aí duas vezes por ano. Querem saber, pasmem-se, todos os meses pago cerca de 30€, ainda hoje estive a olhar para a fatura e era para a ter trazido e não trouxe. Cerca de 30€ porque alguém me vai pôr o lixo à porta, porque eu não estou lá.

Eu sei que não deve ser indexado à água, mas se lá fosse indexado à água eu não pagava sacos de lixo que me vão por à porta, porque não tenho um kilo de lixo, porque não vou lá.

O que nós estamos a fazer, o que os Serviços Municipalizados, neste momento, estão a fazer é estudar qual é o melhor sistema para que haja um critério de justiça, portanto, eu não posso ouvir dizer coisas diferentes. Obrigada.

Manuel Fernandes (PS) – Senhora Vice-Presidente, qualquer decisão política deve ter como respaldo pareceres técnicos, sempre assim foi e sempre assim acontecerá. E aconteceu nos executivos do Partido Socialista, como aconteceu nos executivos da CDU e como, certamente, e deverá ter de acontecer com o seu executivo. Com certeza que sim.

O que eu disse não foi isso, o que eu disse foi que a vossa decisão num órgão político apenas se revestiu de carácter técnico sem pensar nas consequências sociais e económicas que tinham para a população, elas vieram depois. Não acautelaram na altura da decisão política, foi isso que eu disse e a Sra. Vice-Presidente percebeu, tentou foi que de alguma forma, ainda com alguma distância, recuar ao longínquo século passado outra vez, aliás já na semana passada na Assembleia anterior tinha tentado fazer, voltar ao século passado para tentar justificar as incúrias do momento atual. Não dá! Não tem respaldo.

Senhora Vice-Presidente, as decisões políticas são decisões baseadas em pareceres e documentos técnicos, com certeza que devem de ser, mas já agora aproveito para tentar que clarifique aqui na deliberação da vossa proposta, no primeiro ponto, onde diz *“Apoio a todas as entidades económicas locais do Concelho de Setúbal, classificadas como não domésticas, que tenham realizado o pagamento total das faturas dos*



Serviços de Água, Saneamento e Recolha de Resíduos Urbanos, emitidas pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, a partir de março do presente ano;”.

Senhora Vice-Presidente, já agora pode aproveitar para clarificar, se faz favor, este parágrafo ou este ponto, uma vez que dá a entender ou pode se subentender que o pagamento ou o apoio aos agentes não domésticos possa estar apenas assente ou na fatura na parcela da água e nas parcelas do saneamento ou nas parcelas dos resíduos que possam não ser abrangidas ou poderá, eventualmente, estar aqui algo que não está de forma cabal, de forma esclarecida e que este ponto possa ser clarificado por V. Exa. Muito obrigado.

Vice-Presidente da Câmara – Eu acho esta pergunta estranha. Para já, porque acho o parágrafo claríssimo e depois porque o PS votou favoravelmente e devia ter colocado a questão antes, porque esta proposta esteve na reunião de Câmara e foi aprovada, certo?

Mas mesmo assim eu explico, está cá tudo, e foi explicado na Comissão e é o elemento literal, basta ler e está cá tudo. É como lhe digo, devia ter posto em sede própria, já explicamos na Comissão, já explicamos até à exaustão, mas o senhor deputado continua com dúvidas.

O apoio a todas as entidades económicas locais do concelho de Setúbal classificadas como não domésticas, é claro, que tenham realizado o pagamento total das faturas dos Serviços de Água, Saneamento e Recolha de Resíduos, ou seja, tenham pagado a fatura, porque quem não pagou a fatura não vai ter apoio extraordinário nenhum, vamos reduzir a fatura. Não pagou, mas vai ter na mesmo o benefício, se é isso que me está a perguntar, emitidas pelos Serviços Municipalizados de Setúbal a partir de março do presente ano, que foi quando se aplicou a nova tarifa. Não vejo qual é a dúvida, mas se calhar sou eu.

Presidente da Mesa – Penso que o senhor deputado estava-se a referir se o apoio é referente apenas à parte da água ou dos resíduos ou da totalidade. Penso que era isso, não foi senhor deputado?

Manuel Fernandes (PS) – Exatamente. Eu disse exatamente isso.

Perguntei apenas se era o pagamento total ou se apenas se vinculava à parcela da água ou do saneamento ou dos resíduos e do tratamento. Eu não disse outra coisa se não isto.

Vice-Presidente da Câmara – Então, eu explico de outra maneira, de uma forma muito mais simplista.

A ideia é os valores que eram pagos em fevereiro manterem-se, ou seja, o excedente da fatura entre fevereiro e março é apoiada na totalidade. Era isso?

Manuel Fernandes (PS) – Eu nem queria se quer replicar aquilo que a Sra. Vice-Presidente disse, a única coisa que eu quero dizer é que o órgão próprio é este. O órgão próprio para esclarecer todas as dúvidas é este, muito embora estes sistemas possam ser falados e discutidos nas comissões, aqui é que se esclarece, porque é aqui que é a votação vinculativa. Aqui não se emitem pareceres, aqui fazem-se votações e aqui escrutina-se aquilo que está em debate, as propostas vêm aqui para serem votadas e esclarecidas de uma forma cabal.

Senhora Vice-Presidente, é aqui e sempre foi aqui, não tente apoucar aquilo que é o trabalho das comissões e nem tente menosprezar o trabalho da Assembleia Municipal.

Vice-Presidente da Câmara – A única coisa que eu disse é que acho incrível, aqui podem ser colocadas todas as questões, não foi isso que eu disse, todas as questões podem e devem ser colocadas aqui, a questão que eu suscitei foi se esta proposta foi aprovada pelo Partido Socialista na Câmara, alegadamente tinham de ser esclarecidas todas as dúvidas.

Acho que o Partido Socialista, com todo o respeito que tenho pelo Partido Socialista desde sempre, não ia deixar coisas na dúvida, foi só isso que eu disse, mas estamos cá para esclarecer o que for preciso, vim às comissões e a todas as que forem necessárias. Não vou dizer mais nada sobre este assunto porque é estar a chover no molhado.



José Canavarro (SET-V 25) – É muito rápido. Eu só quero sublinhar o sentido institucional do senhor deputado do Partido Socialista, Manuel Fernandes, o que demonstra que embora a semana passada tenha considerado a minha intervenção lírica, alguma coisa lá ficou, porque realçou aqui de tal maneira a componente institucional e como devemos respeitar a instituição e os procedimentos que eu fiquei, digo-lhe sinceramente, embevecido. Dou-lhe os parabéns.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões, um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata.

3. Deliberação nº 35/2026/AM – Delib. CM n.º 300/2026 – Aprovação da 2.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal de Setúbal

Mário Aranha (PS) – A Comissão de Ordenamento do Território, Mobilidade e Desenvolvimento Económico emitiu parecer favorável por maioria com os votos a favor do SET-V 25, do CH e do LIVRE e as abstenções do PS e da IL, conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata.

João Conde (SET-V 25) – Muito obrigado Sr. Presidente, permita-me cumprimentar na sua pessoa todos os presentes.

Esta alteração, tal como foi adiantada em sede de comissão e muito bem explicado pelas Dras. Dora Angelino e Sandra Parreira a quem lá esteve, mas como consta no documento trata-se, sobretudo de corrigir alguns aspetos que podem melhorar a aplicação do Plano Diretor Municipal.

No entanto, eu gostava de destacar dois aspetos, um, o período de discussão pública do qual foram acolhidas parcialmente cerca de metade das propostas, o que configura aqui uma melhoria do documento feito em colaboração com a sociedade civil interessada, o que é sempre de salutar.

Dois, destacava, também, aqui o reforço da afetação para uso habitacional na zona do Charráz que é ilustrativo de que a resposta às necessidades de habitação é uma prioridade que o Município não perde de vista.

Tal como em sede de comissão, votamos favoravelmente esta alteração, também o faremos em sede de Assembleia Municipal.

Mário Aranha (PS) – Nós vamo-nos abster, as razões já foram aduzidas, nomeadamente, também no PDM original e agora nesta alteração, tem a ver com a falta de ou devia haver mais espaços, segundo a nossa opinião, para a construção a custos controlados e habitação em renda acessível e renda apoiada e também mais espaços para atividades industriais e empresariais.

Também uma das maiores razões e que queremos aqui referir e é sempre bom lembrar, tem a ver com o PDM que já prevê uma série de obras estruturantes e significativas para o desenvolvimento do nosso concelho.

Nós também nos tínhamos abtido, porque as obras mais importantes eram literalmente atiradas para as calendas e esta 2.ª alteração do PDM mantém essas calendas e obviamente que nós não poderíamos votar a favor.

Vou só aqui ler algumas, porque, de facto, são várias e é interessante nós lermos aquilo para ver o estado em que nós estamos.

Por exemplo, o PDM prevê, em Azeitão, duas vias rápidas, uma para ligar a 379 que liga Sesimbra a Azeitão, a que é chamada D21. Há também uma estrada de ligação que vai ligar esta D21 à D22 ao nó de Castanhos. Está previsto o novo Quartel de Bombeiros em Azeitão e uma base logística.



Para Setúbal está prevista uma circular externa e uma circular interna, um nó de ligação entre a Avenida Mestre Lima de Freitas e a futura via S2. Está prevista a construção do maior parque verde da Cidade, que é o Parque Verde do Charráz, que será 6 vezes maior que o Parque do Bonfim.

A recuperação e uma zona verde do Forte Velho no Casal das Figueiras, a recuperação de toda a zona envolvente da Várzea que até tem uma unidade de gestão específica.

O prometido Cais 7, de novo, está também prevista a construção de uma Cidade Desportiva no Vale da Rosa, na Freguesia do Sado está prevista a construção de uma via alternativa à Mitrena, da Nacional 10-4.

Em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra estão previstos, um parque logístico Municipal, uma incubadora de empresas e um Centro Desportivo (aqui desconfiamos que será no IMAPARK, mas que continuamos à espera).

Isto foi só um elencar de obras perfeitamente estruturantes que já estão prometidas desde 2016 e continuaremos à espera que sejam feitas e por isso, obviamente, nós temos de nos abster, porque isto é demasiado estrutural e tem de ser para ontem, não é para daqui a 10 anos.

Presidente da Mesa – Tenho um pedido, é se pudessem pôr um índice e paginassem o regulamento, porque isto é para um utilizador e é um documento extenso e reparei agora que não tem índice e nem paginação e se puderem ir a tempo de introduzir isso, é algo que eu acho que é útil.

Já não podem, porque foi aprovado assim na reunião de Câmara e tinham de alterar, mas na página do Município ponham. Está no Diário da República, mas este é mais apelativo de ver do que no Diário da República.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões, três Deputados Municipais, um do PS, um do SET-V 25 e um da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 9 do SET-V 25, 7 do CH, 4 da CDU e 1 do LIVRE, e 12 abstenções, 11 do PS e 1 da IL, conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata.

4. Deliberação n.º 36/2026/AM – Delib. CM n.º 274/2026 – Delimitação de Área de Reabilitação Urbana na Cidade de Setúbal – ARU Setúbal Central

Mário Aranha (PS) – A Comissão de Ordenamento do Território, Mobilidade e Desenvolvimento Económico emitiu parecer favorável por maioria com os votos a favor do PS, do SET-V 25, do CH e do LIVRE e a abstenção da IL, conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões, um Deputado Municipal do SET-V 25.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 36, arquivado em pasta anexa à presente ata.

5. Deliberação n.º 37/2026/AM – Delib. CM n.º 279/2026 – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 5.ª ao Orçamento da Despesa e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Cláudia Vicente (CH) – A Comissão de Finanças, Administração, Descentralização e Transparência emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata.



Mário Aranha (PS) – Nós, obviamente, vamos votar a favor. Estas alterações são para acomodar, em termos orçamentais, a construção de espaços escolares, a reconstrução do Liceu, por exemplo. Obviamente que nós só poderíamos votar a favor, em termos da nossa filosofia não somos muito favoráveis a este tipo de alterações, porque isto indicia que o orçamento inicial não estava bem feito e é preciso fazer-se demasiadas alterações quando se quer fazer algo de mais significativo.

Também referir aqui nesta Assembleia e a quem nos vê lá em casa que esta alteração é necessária porquê? Porque são verbas do Estado Central que são transferidas para a Câmara Municipal para que esta, de facto, possa fazer a construção de novas escolas e reconstruir algumas das existentes.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do SET-V 25.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 37, arquivado em pasta anexa à presente ata.

6. Deliberação n.º 38/2026/AM – Delib. CM n.º 296/2026 – Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho

Helena Coelho (SET-V 25) – A Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Associativismo emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento registado sob o n.º 38, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do SET-V 25.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 39, arquivado em pasta anexa à presente ata.

7. Deliberação n.º 39/2026/AM – Delib. CM n.º 297/2026 – Constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2025-2029 – Alteração

Helena Coelho (SET-V 25) – A Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Associativismo emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor do SET-V 25, da CDU e da IL, e as abstenções do PS, do CH e do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 38, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Nuno Cruz (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Aproveitar esta proposta para levantar uma questão, não tem diretamente a ver com o assunto, mas que eu vou aproveitar e que tem a ver com o Conselho Municipal de Desporto, porque já estamos com 8 meses e meio de mandato e continuamos sem saber em que ponto de situação se está.

Sei que na reunião de Câmara este assunto já foi levantado, o Sr. Diretor falou na data de julho para avançar com o Conselho Municipal de Desporto, mas nós Presidentes de Junta que temos um representante e até hoje não sabemos e gostava de saber qual o ponto de situação.

Podem enviar depois através do GAF, não precisam de responder agora.

Luís Silva (IL) – É de facto para chamar a atenção que me parece um pouco incorreto que tenha chegado aos deputados o documento truncado, houve basta oportunidade para o corrigir e precisava da confirmação que de facto faltam as tabelas e os nomes que estão associados às tabelas. De facto, o documento está truncado e creio que foi isso que foi referido pela senhora deputada.

Helena Coelho (SET-V 25) – Senhor Presidente, foi feito em comissão, onde estava a representante da Iniciativa Liberal, dessa mesma referência, dessa mesma alteração.

Luís Silva (IL) – Era isso que eu queria confirmar, porque o documento que chega aqui é do conhecimento geral que está a ser refutado um documento truncado.

Helena Coelho (SET-V 25) – Mas foi depois com conhecimento na Comissão de Educação.

Luís Silva (IL) – Volto a referir que na Assembleia está a ser votado um documento que está truncado.

Presidente da Mesa – Mas há dúvidas para poder votar? Se já tem conhecimento da proposta...

Luís Silva (SET-V 25) – Senhor Presidente, é uma questão formal, às vezes estamos aqui na brincadeira, mas convém ter alguma formalidade e também como já foi referido bastas vezes, até pelo Partido Socialista, as comissões são uma coisa e o plenário é outra completamente diferente. Estamos todos de acordo que, de facto, há uma tabela que está em falta, estamos conscientes que esses nomes estão agregados ao documento final, seria bom que o documento tivesse essa tabela, uma falha de lamentar e é só isso. Estamos todos de acordo.

Presidente da Mesa – A Assembleia recebeu o documento exatamente como foi aprovado na reunião de Câmara, penso que o problema já veio na origem e depois deu sequência e não foi alterado. A minha preocupação era estarmos a votar em consciência com um profundo conhecimento da proposta. Obrigado pelo comentário.

André Dias (LIVRE) – Em coerência com aquilo que também foi a nossa votação em comissão, nós não podemos acompanhar esta alteração ao Conselho Municipal de Educação por uma coisa que curiosamente está, de facto, na parte truncada do documento e que continua a faltar um nome, por exemplo, do representante do Conselho Municipal de Juventude que ainda não teve essa eleição e que com este documento que recebemos parece que nem sequer existe no Conselho Municipal de Educação, mas acho que todos sabemos que ele existirá e outros nomes que estão em falta das Forças de Segurança, o nome do representante da CCDR, por exemplo, e que para além disso e para que também sentimos que vamos estar a votar alterações a este Conselho Municipal de Educação há de eterno enquanto estes nomes continuarem a surgir, vamos continuar com a abstenção.

Presidente da Mesa – Na parte da Assembleia Municipal a responsabilidade cabe apenas no Conselho Municipal de Educação, todos os outros Conselhos Municipais, o reporte é com a Câmara Municipal e fazem bem aqui alertar, porque já começamos o mandato há cerca de 8 meses.

Simão Calixto (CDU) – Era precisamente por este motivo do Conselho Municipal de Juventude, que já na semana passada a senhora deputada do LIVRE tinha alertado, confesso que até já achava que o Conselho Municipal de Juventude já tinha reunido, mas fui confirmar e não houve essa reunião com a eleição do representante e isto, de facto, tem este handicap que se o Conselho Municipal de Juventude existe no Município devia reunir e devia eleger o representante, não obstante de fazer este reparo não deixaremos de impedir o funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

André Dias (LIVRE) – Apenas para complementar que, de facto, o Conselho Municipal da Juventude já reuniu uma vez, mas reuniu há muitos meses e não havia sequer ainda a nesga de um Conselho Municipal de Educação próxima para isso, portanto, não elegeu o seu representante.

Outra das questões da abstenção para a qual nós nos abtemos e que nos preocupa, é precisamente relacionada também com a periodicidade das reuniões, tanto do Conselho Municipal de Juventude como do Conselho Municipal de Educação.

Deixar aqui esta nota também, porque nos parece que do lado do Conselho Municipal de Educação é manifestamente pouco duas reuniões por ano, ou pelo menos o mínimo de duas reuniões por ano, tendo em conta a importância que nós no LIVRE damos à educação em Setúbal e também no Conselho Municipal de Juventude já reunimos mais cedo.

Presidente da Mesa – Sobre o Conselho Municipal de Educação só dizer que a minha experiência é que reúne duas vezes, mas sempre que necessário, sempre que é preciso decidir qualquer situação, obviamente, que o Conselho tem reunido, pelo menos tem sido a experiência no passado.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 12 do PS, 10 do SET-V 25, 5 da CDU e 1 da IL, e 8 abstenções, 7 do CH e 1 do LIVRE, conforme documento registado sob o n.º 40, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e quarenta minutos do dia 17 de julho, de dois mil e vinte e seis.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão ordinária de 25 de setembro de dois mil e vinte e seis, contém quarenta e sete folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,


Paulo Alexandre da Cruz Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,


Tiago Manuel Rodrigues Pereira

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Tiago Manuel Rodrigues Pereira, Primeiro Secretário da Mesa.